



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 003 - SEXTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB - AP) 1º VICE - PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB - GO) 2ª VICE - PRESIDENTE Serys Shlessarenko - (PT - MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM -PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB -PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC - PI) 4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT - CE) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR - BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM - DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB - PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB - ES)

LIDERANÇA

<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) – 28 Líder Arthur Virgílio – PSDB (1,20) Vice-Líderes Alvaro Dias (21) Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM – 15 José Agripino (14,19) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB – 13 Alvaro Dias (21) Vice-Líderes do PSDB Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>	<p>Maioria (PMDB/PP) – 19 Líder Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (6) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB – 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PCdoB) – 17 Líder Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT – 8 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR – 4 João Ribeiro Líder do PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB – 2 Marcelo Crivella Líder do PC do B – 1 Inácio Arruda</p>
<p>PTB – 6 Líder Gim Argello – PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p>PSOL – 1 Líder José Nery – PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá – PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
<p>PDT – 6 Líder Osmar Dias – PDT Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p>PSC – 1 Líder Mão Santa – PSC</p>	
	<p>PV – 1 Líder Marina Silva – PV</p>	

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (**DSF** de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 – **DSF** de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior exerceu a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurou o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
- Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- Em 13.11.2010, o Senador José Agripino retornou ao exercício do mandato.
- Senador Arthur Virgílio indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 31 de janeiro de 2011, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 14 de dezembro de 2010.
- Senador Alvaro Dias indicado Líder do PSDB até o dia 31 de janeiro de 2011, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 14 de dezembro de 2010.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – Comunicação

Do Senador João Pedro, de reassunção do mandato de Senador da República, pelo Estado do Amazonas. (Ofício nº 001/2011, de 6 do corrente) ... 00048

2 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 214ª Sessão, Não Deliberativa, em 20 de dezembro de 2010, e publicada no Diário do Senado Federal nº 211, do dia subsequente..... 00048

Ata da 216ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 21 de dezembro de 2010, e publicada no Diário do Senado Federal nº 212, do dia subsequente.... 00050

Ata da 217ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 22 de dezembro de 2010, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 213**, do dia subsequente.. 00107

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Ofício nº 1/2011-GSJ PED

Brasília, 6 de janeiro de 2011

À Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta
Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos, informo a Vossa Excelência que a partir desta data retorno ao Senado Federal para reassumir a cadeira de Senador pelo Estado do Amazonas, em razão do afastamento do titular, Senador Alfredo Nascimento, para o cargo de Ministro de Estado dos Transportes.

Atenciosamente, – Senador **João Pedro**.

RETIFICAÇÕES

ATA DA 214ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA , EM 20 DE DEZEMBRO DE 2010

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 211**, de 21 de dezembro de 2010)

À página 59710, por erro gráfico.

Onde se lê:

PARECER Nº 1.774, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2010 (nº 2.691/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora da Amazonas Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Leia-se:

PARECER Nº 1.774, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2010 (nº 2.691/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora da Amazonas Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

À página 59752, por erro gráfico.

Onde se lê:

**PARECER
Nº 1.784, DE 2010**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 582, de 2010 (nº 2.612/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Conjunto Hawthorne para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peabiru, Estado do Paraná.

Leia-se:

**PARECER
Nº 1.784, DE 2010**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 582, de 2010 (nº 2.512/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Conjunto Hawthorne para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peabiru, Estado do Paraná.

À página 60129, 1ª coluna, por erro gráfico..

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu os Ofícios nºs 172, 174, 177, 179, 183, 189 e 192, de 2010, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 43, de 2003; e 520, de 2009; dos Projetos de Lei da Câmara nºs 180 e 164, de 2010; do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2010; do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2010; dos Projetos de Lei do Senado nºs 565, de 2009; 28, de 2010; e 306, de 2009.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu os Ofícios nºs 172, 174, 177, 178, 179, 183, 189, 191 e 192, de 2010, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 43, de 2003; e 520, de 2009; dos Projetos de Lei da Câmara nºs 180 e 164, de 2010; do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2010; do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2010; dos Projetos de Lei do Senado nºs 565, de 2009; 28, de 2010; e 306, de 2009.

**ATA DA 216ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 21 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 212, de 22 de dezembro de 2010)

À página 60199, item 3.1 do Sumário.

Onde se lê:

3.1 – Mesa do Senado Federal

Atas das 6ª e 7ª Reuniões, realizadas em 25 de novembro e 9 de dezembro de 2010, respectivamente.

Leia-se:

3.1 – Mesa do Senado Federal

Ata da 6ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2010 (Ato da Mesa do Senado Federal nº 3, de 2010)

Ata da 7ª Reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010 (Ato da Mesa do Senado Federal nº 4, de 2010 e Revista Biênio da Transparência e da Cidadania)

Às páginas 60364 a 60368, republique-se, devido a erros gráficos, a legislação citada referente ao Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2010:

LEGISLAÇÃO CITADA – MP 2.185-35 de 2001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III - dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV - dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

V - dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999; e

VI - dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

§ 1º Para efeito dos incisos I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central do Brasil.

§ 2º Poderão ser ainda objeto de assunção pela União as dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos incisos I a VI do caput e que sejam previamente assumidas pelo Município.

§ 3º O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do caput deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento poderá ser refinanciado pela União, observadas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória, exceto quanto a:

I - prazo: em até cento e oitenta meses, com prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato de refinanciamento e, as demais, nas datas de vencimento estipuladas para o restante das dívidas refinanciadas ao amparo desta Medida Provisória;

II - encargos: equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa SELIC), acrescidos, em caso de inadimplemento, de juros moratórios de um por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - extra-limite das demais dívidas refinanciadas na forma desta Medida Provisória e da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e

IV - amortização mensal mínima de R\$ 1.000,00 (mil reais), adicionalmente ao previsto no § 1º do art. 2º.

§ 4º Não serão abrangidas pela assunção a que se refere este artigo nem pelo refinanciamento a que se refere o art. 2º:

I - as dívidas renegociadas com base nas Leis nos 7.976, de 27 de dezembro de 1969, e 8.727, de 1993;

II - as dívidas relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - as parcelas das dívidas referidas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo que não tenham sido desembolsadas pela instituição financeira até 31 de janeiro de 1999; e

IV - as dívidas externas junto a organismos internacionais multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

§ 5º A assunção de que trata este artigo será precedida da aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

§ 6º Poderá ainda a União, nos respectivos vencimentos, fornecer os recursos necessários ao pagamento da dívida de que trata o inciso IV do caput deste artigo, incorporando o valor pago ao saldo devedor do refinanciamento.

Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I - prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subsequentes;

II - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;

IV - garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e § 3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V - limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI - em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos II e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso V;

VII - em caso de impontualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso VI, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados pro rata die; e

VIII - repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§ 1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§ 2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§ 4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 5º A redução a que se refere o § 4º será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§ 6º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata o § 4º deste artigo:

I - o disposto no art. 5º; e

II - o limite de comprometimento da RLR.

§ 7º As dívidas de responsabilidade dos Municípios junto à União, exceto as relativas a impostos e contribuições, contraídas até 31 de janeiro de 1999, poderão ser refinanciadas na forma desta Medida Provisória.

Art. 3º A critério do Município, a dívida poderá ser refinanciada a taxas inferiores à prevista no inciso II do art. 2º, desde que efetuada amortização extraordinária, no prazo de trinta meses, contados da data de assinatura dos respectivos contratos de refinanciamento.

§ 1º As taxas de que tratam o **caput** serão de:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no **caput** e não sendo realizada integralmente a amortização extraordinária, o saldo devedor será recalculado, desde a data da assinatura do contrato, alterando-se a taxa de juros para:

I - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso I do § 1º;

II - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária não tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado;

III - sete e meio por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado.

Art. 4º Os títulos públicos emitidos após 12 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser objeto da assunção e do refinanciamento a que se referem os arts. 1º, 2º e 3º, observando-se, nesta hipótese, que a prestação mensal do contrato de refinanciamento corresponderá, no mínimo, à prestação que seria devida relativamente a esses títulos, calculada pela Tabela Price, para o prazo de cento e vinte meses.

Parágrafo único. Não será abrangida pela assunção e pelo refinanciamento a que se refere o caput a dívida mobiliária em poder do próprio ente emissor, mesmo que por intermédio de fundo de liquidez, ou que tenha sido colocada em mercado após 31 de dezembro de 1998.

Art. 5º Para fins de aplicação do limite estabelecido no inciso V do art. 2º, poderão ser deduzidas do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações por ele tituladas:

I - dívida refinanciada com base na Lei nº 7.976, de 1999;

II - dívida externa contratada até 31 de janeiro de 1999, mesmo aquela objeto de reestruturação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - parcelamento de dívidas firmadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV - dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de janeiro de 1999;

V - comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 1993, e

VI - dívida relativa a crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo Município, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada a comissão do agente.

§ 2º Os valores relativos à redução da prestação pela aplicação do limite a que se refere este artigo ou pela dedução a que se refere o art. 6º terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de treze por cento estabelecido no art. 2º é aplicável somente para as dívidas refinanciadas nos termos desta Medida Provisória.

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas nesta Medida Provisória, em até cento e vinte meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 5º No caso previsto no § 4º, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art. 6º O montante efetivamente desembolsado pelo Município relativamente ao serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, vencidas entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, poderá ser deduzido das prestações calculadas com base na Tabela Price, limitada a dedução mensal a cinquenta por cento do valor da primeira prestação.

Art. 7º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se como RLR a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, observado o seguinte:

I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender a despesas de capital; e

II - serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

Parágrafo único. O superávit financeiro das autarquias e fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da RLR.

Art. 8º O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:

I - somente poderá emitir novos títulos da dívida pública mobiliária municipal interna ou externa, após a integral liquidação da dívida objeto do refinanciamento previsto nesta Medida Provisória; e

II - somente poderá contrair novas dívidas, inclusive operações de Antecipação de Receita Orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua RLR anual.

Parágrafo único. ~~Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:~~

~~I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;~~

~~II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, desde que contratados dentro do prazo de três anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento. (Vide Medida Provisória nº 75, de 24.10.2002) (Vide Medida Provisória nº 94, de 26.12.2002) (Vide Lei nº 10.690, de 16.6.2003)~~

§ 1º ~~Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II do caput deste artigo: (Redação dada pela Lei nº 11.131, de 2005)~~

~~I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios; (Redação dada pela Lei nº 11.131, de 2005)~~

~~II - os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e na Caixa Econômica Federal, desde que contratados dentro do prazo de 7 (sete) anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas~~

~~em andamento; e (Redação dada pela Lei nº 11.131, de 2005)~~

~~II – os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e na Caixa Econômica Federal, desde que contratados no prazo de 9 (nove) anos contados a partir de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento; (Redação dada pela Lei nº 11.452, de 2007)~~

II – os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e na Caixa Econômica Federal, desde que contratados no prazo de 2 (dois) anos contado a partir da publicação da Lei de conversão da Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008, e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento; (Redação dada pela Lei nº 11.922, de 2009)

III – as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz. (Incluído pela Lei nº 11.131, de 2005)

~~IV – as operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 496, de 2010).~~

IV - as operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional; (Redação dada pela Lei nº 12.348, de 2010)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010)

§ 2º Os efeitos da exclusão a que se refere o inciso III do § 1º deste artigo retroagem a 29 de junho de 2000. (Incluído pela Lei nº 11.131, de 2005)

Art. 9º O limite de comprometimento da RLR de que trata o inciso V do art. 2º será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, a partir de 1º de janeiro de 2000:

I - não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor;

II - não tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total; e

III - não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor.

~~Art. 10. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas. (Revogado pela Lei nº 10.890, de 2004)~~

Art. 11. A União assumirá as obrigações decorrentes desta Medida Provisória mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional, com características a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 12. A receita proveniente dos pagamentos dos refinanciamentos concedidos aos Municípios, nos termos desta Medida Provisória, será integralmente utilizada para abatimento da

dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de assunção e de refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, cabendo ao devedor o pagamento da concerned remuneração.

Art. 14. Fica a União autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando para esse fim recursos provenientes de contratos de empréstimo junto a organismos financeiros internacionais.

Art. 15. Fica facultado ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 2.185-34, de 27 de julho de 2001.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

{À Comissão de Assuntos Economicos, em decisão terminativa}

À página 60599, 1ª coluna, por erro gráfico.

Onde se lê:

ORDEM DO DIA

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

Leia-se:

ORDEM DO DIA

Às páginas 60622 a 60634, a fim de sanar erros gráficos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 4, de 2010, e omissão gráfica na publicação da Revista *Biênio da Transparência e da Cidadania*, republique-se a Ata da 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 25 de novembro de 2010:

7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 9 de dezembro de 2010.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia nove de dezembro de dois mil e dez, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney. Assinam, também, a lista de comparecimento os seguintes Senadores: Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; Mão Santa, Terceiro-Secretário; César Borges, Primeiro Suplente de Secretário, Adelmir Santana, Segundo Suplente de Secretário, e Gerson Camata, Quarto Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, agradece a presença e apresenta a pauta proposta, que é parte integrante desta Ata e que foi previamente enviada aos Gabinetes dos Srs. Membros da Mesa.

7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, Em 9 de dezembro de 2010.

PAUTA

1 – ABERTURA

2 – PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

2.1 – Relator: Senador HERÁCLITO FORTES

- **Projeto de Resolução nº 7, de 2010** (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT), que *institui Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento – a ser conferida anualmente, pelo Senado*

Federal, a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica. (Parecer da CCJ, favorável).

Relatório favorável ao Projeto.

3 – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

3.1 – Relator: Senador HERÁCLITO FORTES

- **Requerimento nº 758, de 2010 (da Senadora Marisa Serrano – ao Ministro da Saúde) (Relator: Senador Heráclito Fortes)**

Assunto: 1) Quantos pacientes, atualmente, necessitam de tratamento de hemodiálise no País e em cada unidade da Federação? 2) Qual a relação existente entre o número de pacientes e o número de equipamentos dialíticos disponíveis em cada unidade da Federação? Essa relação está de acordo com o que é preconizado para que se possa atender adequadamente a demanda existente? 3) Qual o percentual de cobertura do tratamento dialítico provido pelo SUS (em serviços próprios, filantrópicos e privados)? Qual o percentual de cobertura em cada unidade da Federação? 4) Quais os investimentos feitos para a criação ou reestruturação de serviços e para a compra de equipamentos destinados à hemodiálise dentro do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (REFORSUS)? 5) Quais os investimentos previstos no último Plano Plurianual para os serviços de hemodiálise no País? Quanto foi investido nessa área – para a criação ou reestruturação de serviços e para a compra de equipamentos destinados à hemodiálise – nos últimos cinco anos?

(Observação: Relatório favorável)

3.2 – Relator: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

- **Requerimento nº 896, de 2010** (do Senador Flexa Ribeiro – ao Ministro do Desenvolvimento Agrário) (**Relator: Senador João Vicente Claudino**)

Assunto: dados do cadastro rural, de todos os municípios brasileiros, em formato eletrônico-digital com as seguintes informações:

- Município;
- Nome da propriedade rural;
- Número do cadastro Rural ;
- Extensão da propriedade em hectares;
- Referência geográfica (coordenadas dos limites).

(Observação: Relatório favorável)

3.3 – Relatora: Senadora PATRÍCIA SABOYA

- **Requerimento nº 511, de 2010** (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – à Ministra do Meio Ambiente) (**Relatora: Senadora Patrícia Saboya**)

Assunto: informações a respeito das ressalvas constantes no parecer do Senador Gilberto Goellner ao Ofício nº S/10 de 2009, referente ao Relatório Anual emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro, sobre a Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável referente ao ano de 2008.

Observação: o relatório é favorável, com nova redação, conforme quadro a seguir:

QUADRO COMPARATIVO
REQUERIMENTO Nº 511, DE 2010 / EMENDA Nº 1-MESA
(SUBSTITUTIVO)

RQS 511/2010	Emenda nº 1-Mesa (Substitutivo)
<p>Requeiro, nos termos do Art. 133, inciso V, item b, sejam solicitadas informações à Sr.^a Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Ministério do Meio Ambiente, a respeito das ressalvas constantes no parecer do Senador Gilberto Goellner ao Ofício 10 de 2009, sobre o Relatório Anual emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro, sobre a Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável referente ao ano de 2008.</p>	<p>Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas à Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações sobre as ressalvas constantes do Parecer nº 551, de 2010, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal ao Ofício "S" nº 10, de 2009, que encaminha o Relatório Anual sobre a Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável referente ao ano de 2008:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Por que, até agora, as concessões de florestas públicas ocorreram apenas em Florestas Nacionais (FLONAs)?2. Embora as Flonas desempenhem funções de grande interesse para diversas atividades – como o turismo, a pesquisa e a preservação de estoques de produtos não-madeireiros para as gerações futuras –, os planos de manejo priorizam a exploração de madeira. Quais são os critérios para a adoção de metas de exploração econômica no processo de elaboração dos planos de manejo?3. A tabela 16, constante do relatório encaminhado (página 34), registra uma arrecadação de R\$ 789.943,13, correspondente a um volume de 290.192,01 m³ de madeira, o que significa R\$ 2,72 por metro cúbico de madeira – valor muito abaixo daqueles praticados pelo mercado. Que critérios técnicos levaram a administração pública a aceitar tal valor, proposto pelos licitantes?4. Apesar de serem licitados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), os lotes são fiscalizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Qual é a responsabilidade de cada um desses órgãos na fiscalização?5. Qual o total dos gastos efetuados pelo SFB com fiscalização? E com viagens e salários? Que percentagem os gastos realizados representam em relação ao total

	arrecadado (relação custo/benefício)? 6. Nota-se que todas as concessões ocorreram em áreas superiores a 2,5 mil hectares, o que demandaria autorização prévia do Congresso Nacional, conforme o estabelecido pelo art. 49, XVII, da Constituição Federal. Por quais motivos o mandamento constitucional foi desrespeitado?
--	--

- **Requerimento nº 596, de 2010 (da Senadora Kátia Abreu – ao Ministro de Ciência e Tecnologia) (Relatora: Senadora Patrícia Saboya)**

Assunto:

- Quais os projetos destinados à inovação e atualização tecnológica aplicáveis à agricultura e a pecuária brasileiras desenvolvidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e o cronograma de implantação desses projetos?
- Para a elaboração e implementação dos projetos foram consideradas as questões relacionadas à logística necessária, dentro e fora das propriedades produtivas, ao incremento do sistema de produção? Incluir os termos do estudo com a respectiva conclusão?
- Ministério da Ciência e Tecnologia desenvolve ou participa de projetos destinados à inovação e atualização tecnológica aplicáveis à área de produção e distribuição de biogás, biofertilizantes, inoculantes e venda de créditos de carbono? Quais os projetos e o cronograma de implantação dos mesmos?
- Quais os termos do entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Coordenadoria de Energias Renováveis de Itaipu para a implantação de projetos relacionados a produção de energia por biomassa, especialmente o desenvolvimento de programas de biodigestores

para o aproveitamento de dejetos suíno e bovino e em aterros sanitários?

(Observação: Relatório favorável)

- **Requerimento nº 770, de 2010** (da Senadora Níura Demarchi – ao Ministro dos Transportes) **(Relatora: Senadora Patrícia Saboya)**

Assunto: solicita cópia dos relatórios de fiscalização na qualidade das últimas obras realizadas em trechos das rodovias federais de Santa Catarina, sejam elas estruturais ou de manutenção. (BR-280 e BR-470).

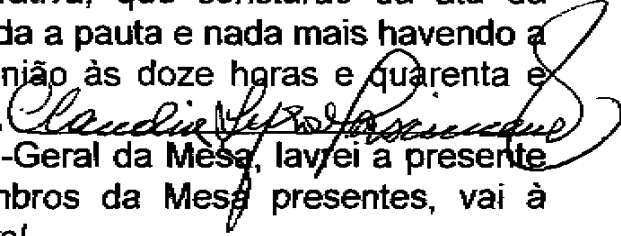
(Observação: Relatório favorável)

4 – OUTROS ASSUNTOS

4.1 – ATO DA MESA

4.1.1 – Minuta de Ato da Mesa que regulamenta o arquivamento de proposições ao final da Legislatura (art. 332, do Regimento Interno).

Antes de iniciar as deliberações, o Sr. Presidente apresenta a Revista Biênio da Transparência e da Cidadania, que relata as realizações da Mesa do Senado, gestão exitosa no biênio, 2009/2010. Concede a palavra ao Secretário de Comunicação Social, Sr. Fernando César Mesquita, que faz exposição sobre detalhes da Revista. O Sr. Primeiro Secretário lembra a decisão de se baixar os juros cobrados para empréstimos aos servidores da Casa, e que para mantê-los a taxas baixas foi necessário resistir à pressão de instituições financeiras para aumentá-la. A revista Biênio da Transparência e da Cidadania, parte integrante da presente Ata, está publicada a seu final. Iniciada a apreciação da pauta pelo item 2.1, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Heráclito Fortes para relatar o **Projeto de Resolução nº 7, de 2010**. O relatório favorável é aprovado pelos presentes e passa a

constituir parecer da Mesa. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. A seguir passa-se ao **item nº 3 (Requerimentos de Informações)**. O Senador Heráclito Fortes relata o **Requerimento nº 758, de 2010**. O relatório favorável é aprovado pelos presentes. A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Mão Santa para relatar, *ad hoc*, o **Requerimento nº 896, de 2010**, que, submetido a voto é aprovado. O Senador Adelmir Santana relata, *ad hoc*, os **Requerimentos nº 511 e 596, de 2010**. O **Requerimento nº 511, de 2010**, é aprovado nos termos do relatório apresentado. O **Requerimento nº 596, de 2010**, cujo parecer é favorável, é aprovado pelos presentes. O Sr. Presidente concede a palavra ao Senador César Borges para relatar *ad hoc* o **Requerimento nº 770, de 2010**, que é aprovado. O Sr. Presidente submete aos demais membros da Mesa, Minuta de Ato da Mesa que regulamenta o arquivamento de proposições ao final da Legislatura (art. 332, do Regimento Interno). O ato, aprovado, é assinado pelos presentes e vai à publicação. A seguir, passa-se a tratar de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 09 de dezembro de 2010.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente



Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário

*(continuação das assinaturas de membros da Mesa apostas
à Ata da 7ª Reunião da Mesa, realizada em 09.12.10)*



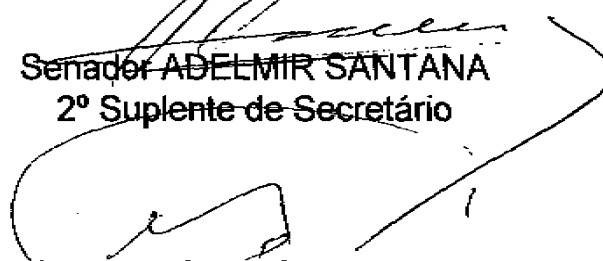
Senador MÃO SANTA
3º Secretário



Senador CÉSAR BORGES
1º Suplente de Secretário



Senador ADELMIR SANTANA
2º Suplente de Secretário



Senador GERSON CAMATA
4º Suplente de Secretário

Documentos que são publicados na presente Ata:

- 1) Ato da Mesa do Senado Federal nº 4, de 2010 que regulamenta o arquivamento de proposições ao final da Legislatura (art. 332, do Regimento Interno), e
- 2) Revista Biênio da Transparência e da Cidadania.

Publique-se
09.12.10
Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa

ATO DA MESA DO SENADO FEDERAL Nº 4, DE 2010

A Mesa do Senado Federal, no uso de suas atribuições, APROVA o regulamento para aplicação do art. 332 do Regimento Interno, conforme consta do anexo a este Ato, proposto pela Secretaria Geral da Mesa

"Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto:

I – as originárias da Câmara ou por ela revisadas;

II – as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos;

III – as apresentadas por Senadores no último ano de mandato;

IV – as com parecer favorável das comissões;

V – as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49);



VI – as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const., art. 52);

VII – pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§ 3º e 4º, EC n.º 35/2001).

§ 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do caput, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

§ 2º Na hipótese do § 1º, se a proposição desarquivada não tiver a sua tramitação concluída, nessa legislatura, será, ao final dela, arquivada definitivamente."

Sala de Reuniões, em 09 de dezembro de 2010

ANEXO AO ATO DA MESA DO SENADO FEDERAL Nº 4, DE 2010

Para fins de aplicação do disposto no art. 332 do Regimento Interno, ficam estabelecidas as seguintes definições e diretrizes:

I - DEFINIÇÕES:

1 – Final de Legislatura, para fins de arquivamento de proposição:

- o dia 22 de dezembro (ou, caso seja sábado, domingo ou feriado, o primeiro dia útil subsequente) da quarta sessão legislativa ordinária da Legislatura corrente, salvo se houver convocação extraordinária do Congresso Nacional para data subsequente, situação em que o final da convocação será considerado o final da legislatura.

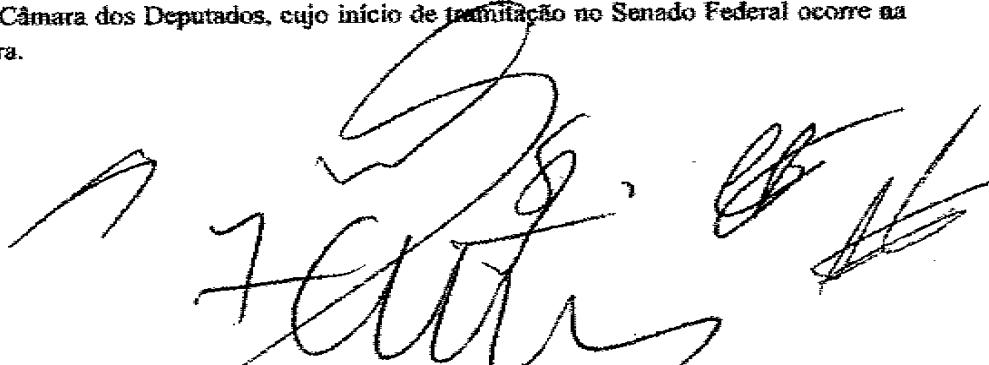
2 – Proposições:

- as elencadas no art. 211 do RISF que tenham tramitação autônoma (autuação própria): propostas de emenda à Constituição, projetos, pareceres, requerimentos e indicações.

3 – Proposições originárias ou revisadas pela Câmara dos Deputados:

- originárias da Câmara dos Deputados: as que tenham iniciado a tramitação naquela Casa Legislativa. Consideram-se também proposições originárias da Câmara dos Deputados as propostas de emenda à Constituição originárias do Senado Federal, alteradas e devolvidas por aquela Casa;

- revisadas pela Câmara dos Deputados: as que tenham iniciado sua tramitação no Senado Federal, que tenham sido aprovadas pela Câmara dos Deputados com modificações e devolvidas ao Senado Federal. Essas proposições são identificadas como emendas ou substitutivos da Câmara dos Deputados, cujo início de tramitação no Senado Federal ocorre na data de sua leitura.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately five distinct marks, including what appears to be a large, stylized signature in the center and several smaller, more compact initials or signatures to the left and right.

4 – Proposição com parecer favorável:

- as proposições que tiveram parecer favorável, parcial ou integralmente, de pelo menos uma comissão;
- as proposições que tiveram parecer preliminar de qualquer comissão, salvo se esse parecer for contrário;
- a proposição de iniciativa de comissão, assim considerada aquela apresentada nos termos do parágrafo único do art. 254 do RISF: “A proposição de comissão deve ser assinada pelo seu Presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria da sua composição”.

5 – Proposições que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional:

- todos os Projetos de Decreto Legislativo, inclusive os de autoria de Senadores.

6 – Proposições que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal:

- todos os Projetos de Resolução, inclusive os de autoria de Senadores.

7 – Projetos de Código:

- são os projetos que, nos termos do parágrafo único do art. 374 do RISF: “...elaborados por juristas, comissão de juristas, comissão ou subcomissão especialmente criada com essa finalidade”.

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink. At the top, there is a signature that appears to be 'J. C. B.'. Below it, there is a large, stylized signature that looks like 'S. J.'. To the left of this, there are some initials that look like 'M. J.'. At the bottom, there is a long, flowing signature that appears to be 'F. A. M.'. There are also some other smaller, less distinct marks and initials scattered around.

II – DIRETRIZES:**PROPOSIÇÕES QUE CONTINUARÃO TRAMITANDO NA 54ª
LEGISLATURA:****A) Proposições que estão tramitando há menos de duas legislaturas (§ 1º do art. 332), nos termos dos incisos do caput do art. 332 do Regimento Interno:****1) inciso I: as originárias da Câmara ou por ela revisadas:**

- projetos de lei da Câmara, inclusive as emendas ou substitutivos da Câmara a projeto de lei do Senado;
- projetos de decreto legislativo originários da Câmara dos Deputados;
- propostas de emenda à Constituição originárias da Câmara dos Deputados;

2) inciso II: as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos:

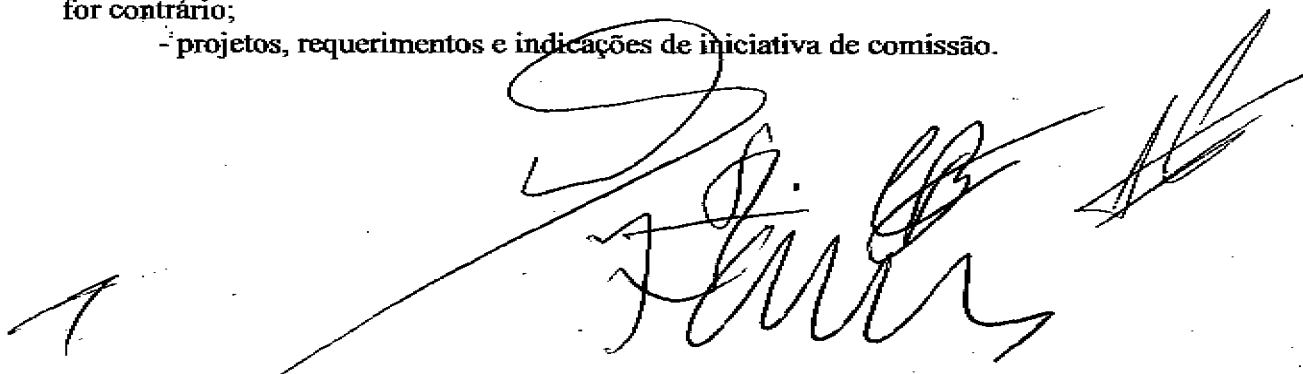
- projetos, requerimentos e indicações, cujos autores continuarão no mandato na próxima legislatura ou tenham sido reeleitos;
- propostas de emenda à Constituição cujo primeiro signatário enquadrar-se na situação anterior;
- aplicam-se essas diretrizes às proposições apresentadas por suplentes cujos titulares enquadrem-se nas situações anteriores;

3) inciso III: apresentadas por Senadores no último ano de mandato:

- projetos, requerimentos e indicações do ano de 2010 apresentados por Senadores cujo mandato termina na legislatura corrente;
- propostas de emenda à Constituição cujo primeiro signatário enquadrar-se na situação anterior;
- aplicam-se essas diretrizes às proposições apresentadas por suplentes cujos titulares enquadrem-se nas situações anteriores;

4) inciso IV: as com parecer favorável das comissões:

- propostas de emenda à Constituição, projetos, requerimentos e indicações com pelo menos um parecer favorável das comissões, parcial ou integralmente, inclusive as proposições que tiveram parecer preliminar de qualquer comissão, salvo se esse parecer for contrário;
- projetos, requerimentos e indicações de iniciativa de comissão.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a small, stylized mark. In the center, a large, flowing signature is visible, followed by another signature to its right. On the far right, there are several distinct initials or short signatures.

5) inciso V: as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49):

- projetos de decreto legislativo;

6) inciso VI: as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const., art. 52):

- projetos de resolução;

7) inciso VII: pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§ 3º e 4º, EC n.º 35/2001):

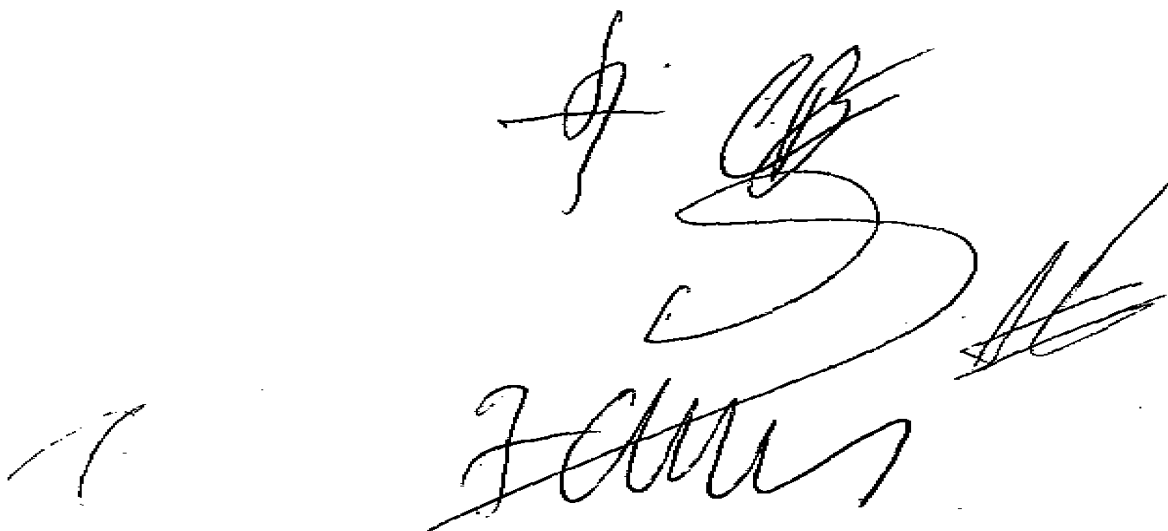
- ofícios do Supremo Tribunal Federal que versem sobre pedido de sustação de processo contra Senador.

B) Proposições que tramitam em conjunto:

- se alguma das proposições que tramitam em conjunto atender a algum dos critérios elencados nos incisos do caput do art. 332, todas as matérias anexadas continuarão tramitando, salvo as que tramitem há duas legislaturas (art. 332, § 1º).

C) Projetos de Código:

- continuarão tramitando, inclusive todas as matérias que a eles foram anexadas, mesmo aquelas que tramitem há duas legislaturas, nos termos do art. 139-A do Regimento Comum: "O projeto de código em tramitação no Congresso Nacional há mais de três legislaturas será, antes de sua discussão final na Casa que o encaminhará à sanção, submetido a uma revisão para sua adequação às alterações constitucionais e legais desde sua apresentação."

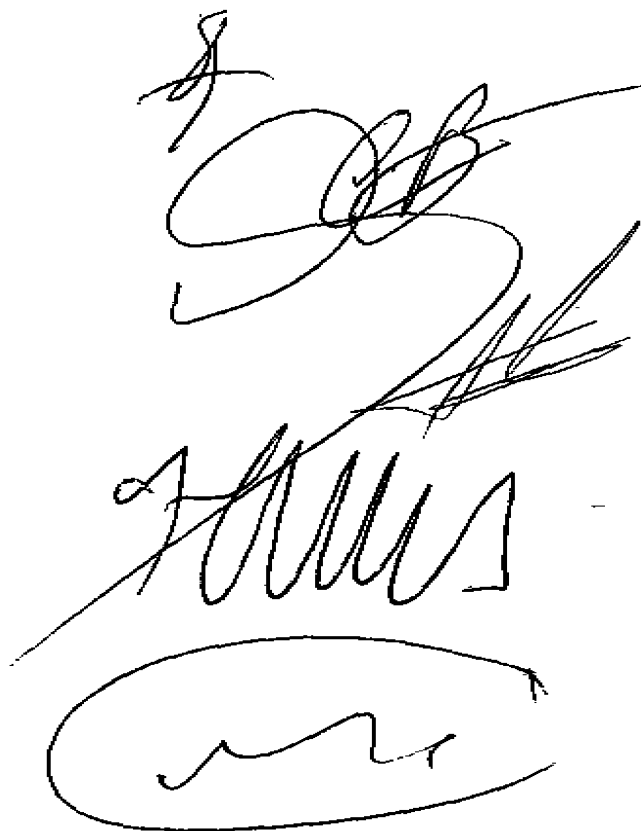
The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a small, stylized mark. In the center, there is a large, flowing signature that appears to be 'J. B.'. To the right of this, there is another signature that looks like 'A.'. Below these, there is a large, bold signature that reads 'F. M.'. There are also some smaller, less distinct marks scattered around these main signatures.

D) Projetos de Decreto Legislativo que versem sobre matéria de iniciativa não parlamentar (concessão de radiodifusão, atos internacionais, e outras):

- continuarão tramitando, mesmo aqueles que tramitem há duas legislaturas.

E) Matérias legislativas não elencadas no art. 211 do RISF (avisos, ofícios, mensagens, e outras):

- continuação tramitando por não estarem sujeitas ao arquivamento previsto no art. 322 do RISF.

The image shows three distinct handwritten signatures or sets of initials in black ink. The top signature is a large, stylized 'S' with a horizontal line through it. The middle signature is a series of connected loops, possibly 'FMS'. The bottom signature is a simple, wavy line enclosed within an oval shape.

2009-2010 – Biênio da transparência e da cidadania

Senado Federal
Dezembro de 2010

Apresentação

Assumi, pela terceira vez, a Presidência do Senado Federal sob o compromisso de mais uma vez modernizar a Casa. Foi um desafio em que contei com o apoio do corpo de funcionários – que reputo dos melhores do Brasil – e, sobretudo, com a dedicação de senadoras e senadores.

O essencial da ação do Senado Federal, como Casa do Poder Legislativo, é a feitura de leis. Preocupam-me dois riscos: o de paralisia, pelo processo de tramitação das medidas provisórias, e o de excesso legislativo, que pode levar à ineficácia das leis. O leitor verá que tivemos um grande número de leis importantes votadas, e podemos inovar propondo um novo caminho para a elaboração de novos códigos legislativos.

Devo destacar que imprimimos a todas as atividades do Senado Federal o maior grau de transparência possível. Os resultados podem ser acessados pela internet e põem a descoberto, em especial, todas as decisões administrativas, de maneira que o escrutínio da população seja o melhor fiscal de nossas ações. Tivemos um aumento importante na eficiência da gestão da Casa, com racionalização das atividades e economia de recursos. O Senado está organizado, batendo recordes em quantidade e qualidade de seus serviços, livre de problemas funcionais, com um plano de carreira implantado e o projeto de reforma administrativa em fase de aprovação. Superamos todas as dificuldades e voltaram a autoestima dos servidores e o respeito pelo nosso trabalho.

Nesta publicação, “Biênio da Transparência e da Cidadania”, prestamos conta desses dois anos de administração, com as profundas transformações por que passou a Casa e o que produziu o Senado Federal. Foi um trabalho difícil e árduo em que contamos com a colaboração de senadoras e senadores e funcionários, recompensado pelo resultado alcançado.

José Sarney
Presidente do Senado Federal

Produção legislativa

Crise, Copa e eleições não pararam o Senado

Dois anos que apontavam para o comprometimento do trabalho legislativo: 2009, o auge de uma crise política; 2010, a Copa do Mundo e as eleições gerais. Um balanço detalhado das atividades mostra, contudo, que o Senado aprovou matérias importantes para o país no último biênio.

No ano de 2009, quando o mundo atravessava uma grave crise financeira, foram aprovadas, por exemplo, novas regras para o pagamento de precatórios, que são as dívidas judiciais da União, estados, municípios e Distrito Federal; a Política Nacional sobre Mudança do Clima; a regulamentação das atividades de mototaxista, motoboy e motovigia; o projeto da CPI da Pedofilia, que aumenta o leque de condutas consideradas exploração sexual de crianças e adolescentes; e o projeto que inclui o sequestro relâmpago entre os crimes previstos no Código Penal. Nesse mesmo ano, o Senado também criou a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade.

Já em 2010, destacam-se, entre as propostas aprovadas, a isenção de impostos para materiais escolares, novas regras para a conta de energia, a regulamentação do crédito cooperativo e propostas de novos códigos eleitoral e de processo penal e civil.

O números do período mostram a dimensão do trabalho realizado. De fevereiro de 2009 a outubro de 2010, a Casa aprovou 3.179 matérias, entre projetos de lei, resoluções, emendas constitucionais, decretos legislativos, medidas provisórias, mensagens, requerimentos e outras.

Em 2009, foram aprovadas 2.160 matérias, entre elas, 21 MPs das 25 editadas. Em 2010, o número de matérias aprovadas chegou a 1.019. Foram 15 MPs analisadas, sendo que 14 foram convertidas em lei e uma perdeu a eficácia.

Sugerida pela sociedade, Ficha Limpa é aprovada

Um acordo de líderes permitiu a aprovação pelo Senado, no dia 19 de maio de 2010, do projeto que exige ficha limpa de candidatos a cargos eletivos. A proposta surgiu a partir de iniciativa popular, tendo recebido 1,6 milhão de assinaturas colhidas pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. A lei impede candidaturas de pessoas condenadas pela Justiça, em decisão colegiada (por grupo de juízes), por praticarem crimes de corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. Também amplia os casos e o período de inelegibilidade.

Entre as novas causas para impugnar candidaturas, o projeto incluiu o crime de corrupção eleitoral, inclusive compra de votos, prática de caixa dois ou conduta proibida em campanhas para os que já são agentes públicos. É necessário que o crime implique cassação do registro ou diploma, em julgamento na Justiça Eleitoral. Será declarada também inelegível a pessoa condenada com a suspensão dos direitos políticos por ato doloso de improbidade administrativa com lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

Outra causa para inelegibilidade pode ocorrer quando magistrados e integrantes do Ministério Público deixarem os cargos na pendência de processo administrativo. São ainda inelegíveis, salvo

anulação ou suspensão do ato pela Justiça, os demitidos do serviço público devido a processo administrativo e os condenados por órgão profissional à perda do direito de trabalhar na área, em decorrência de infração ética ou profissional. Quem renunciar para não ser cassado não poderá se candidatar nas eleições seguintes.

O texto aumenta a lista de crimes que impedem a candidatura em processos por ação penal pública. Além dos contra a economia popular, a fé pública, a administração e o patrimônio públicos, são incluídos crimes contra o meio ambiente e a saúde pública, bem como crimes de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, prática de trabalho escravo e delitos cometidos por organização criminosa ou quadrilha.

Plenário vota as duas primeiras leis do pré-sal

Plenário do Senado aprovou, na madrugada de 6 de junho de 2010, dois dos quatro projetos que compõem o marco regulatório para a exploração do petróleo da camada pré-sal: o PLS 7/10, que cria o Fundo Social e implanta o sistema de partilha do petróleo entre as empresas exploradoras e o governo; e o PLC 8/10, que autoriza a capitalização da Petrobras após a cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo à estatal.

O substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto que cria o Fundo Social recebeu 38 votos favoráveis e 31 contrários, com 1 abstenção. Em seguida, retornou para análise da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em 2 de dezembro. A nova análise dos deputados foi necessária pois o Senado incorporou ao texto que o regime de partilha será o modelo adotado na exploração do petróleo da camada pré-sal, que se estende, no subsolo marinho, do litoral de Santa Catarina ao do Espírito Santo.

Os senadores também aprovaram emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que distribui os royalties entre todos os estados e municípios, estabelecendo que a União compensará os estados produtores – Rio de Janeiro e Espírito Santo – pela perda de recursos.

Outra emenda, resultante de acordo entre os senadores, destina 50% dos recursos do Fundo Social para a educação pública básica e superior. E dessa parcela, 80% precisam ser aplicados na educação básica.

Pelo regime de partilha aprovado, o petróleo extraído passa a ser da União, depois de deduzidas as parcelas da empresa contratada referentes ao custo e à participação no óleo excedente.

País ganha política nacional para gestão do lixo

Aprovada pelo Plenário em 7 de julho de 2010 e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mês seguinte, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) delega a responsabilidade do manejo do lixo, de forma compartilhada, aos governos, às indústrias e aos consumidores. A lei faz distinção do que pode ser considerado resíduo reciclável ou rejeito (sem reaproveitamento).

Os municípios têm até agosto de 2014 para fazer um plano de manejo dos resíduos sólidos. Todas as prefeituras deverão construir aterros sanitários adequados ambientalmente, onde só poderão ser depositados os resíduos sem possibilidade de reaproveitamento. Não será permitido catar lixo, morar ou criar animais em aterros sanitários. A lei também proíbe a importação de lixo.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece, entre suas novidades, a logística reversa. Ela obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a recolherem

pilhas, baterias, pneus, restos de embalagens de agrotóxicos, óleos lubrificantes, lâmpadas e eletroeletrônicos usados.

A lei trata de todos os tipos de lixo – doméstico, industrial, da construção civil, hospitalar, entre outros – e tramitou por 21 anos no Congresso Nacional.

Lei proposta por CPI amplia combate à pedofilia

A CPI da Pedofilia, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), foi instalada no Senado em 2008 e, desde então, vem conseguindo importantes resultados, inclusive na aprovação de leis, no combate aos pedófilos, principalmente pela internet. Uma dessas propostas já está em vigor: a Lei 11.829/08. Ela tipificou como crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente a produção, aquisição e posse de material que contenha pornografia infantil, prevendo pena de até oito anos de reclusão.

Outras 11 propostas da CPI tramitam no Congresso. Entre elas, está o PLS 177/09, que agrava a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor se cometidos contra criança. Há ainda projetos de combate à prostituição infantil, como o PLS 275/08, e ao turismo sexual (PLS 235/09).

O PLS 233/09 torna necessário o exame criminológico antes da liberdade condicional de condenados por crime contra a liberdade sexual. Já o PLS 234/09 adia a prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes até que essas vítimas atinjam a maioridade.

Aposentados e pensionistas têm reajuste de 7,72%

O Senado aprovou, em maio de 2010, reajuste de 7,72% a aposentados e pensionistas da Previdência Social que ganham acima de um salário mínimo. O projeto (PLV 2/10) também acabava com o fator previdenciário, mas esse trecho foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Senadores contrários ao veto reclamaram que o fim do fator previdenciário seria mais importante para os trabalhadores que o reajuste. Isso porque, quando aplicado ao cálculo, o fator reduziria justamente os vencimentos de quem tem os salários mais baixos.

O fator previdenciário foi criado em 1999, na Reforma da Previdência Social, e se baseia em quatro pontos: alíquota de contribuição, idade, tempo de contribuição e expectativa de sobrevida. O Senado havia votado pelo fim do fator em 9 de abril de 2008, quando aprovou o PLS 296/03, do senador Paulo Paim (PT-RS). Enviado à Câmara, o projeto ainda não foi votado pelo Plenário.

Políticas para jovens e divórcio mais rápido

O Congresso promulgou no dia 13 de julho de 2010 duas emendas constitucionais: a Emenda 65, que abre espaço para a criação de políticas públicas destinadas aos jovens; e a 66, que elimina a exigência de separação judicial prévia para obtenção do divórcio. As duas eram oriundas das chamadas PECs (propostas de emenda à Constituição) da Juventude e do Divórcio.

Quando o divórcio foi instituído no Brasil, em 1977, o texto da lei previa que, para obtê-lo, um casal precisava pedir a separação judicial e esperar um ano. Ou comprovar separação de fato por pelo menos dois anos.

A Emenda 66 simplificou procedimentos que retardavam o processo. Ao abolir o tempo de espera, os casais separados ficam imediatamente desimpedidos para novos casamentos.

Já a Emenda 65 inclui a menção ao jovem no capítulo da Constituição que trata dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso. Assim, passa a ser dever do Estado assegurar também a esse grupo populacional políticas relativas a educação, lazer, profissionalização e proteção contra a exploração, negligência e violência.

PRECATÓRIOS

No dia 2 de dezembro de 2009, o Plenário aprovou, em dois turnos, proposta de emenda constitucional que altera as regras para o pagamento de precatórios, que são as dívidas judiciais da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A PEC 12-A/06 criou um regime especial por meio do qual o pagamento dos precatórios alimentícios e de menor valor deve ter prioridade sobre os demais. A Emenda 62 foi promulgada pelo Congresso em sessão solene em 9 de dezembro de 2009. A proposta é um substitutivo da Câmara à PEC 12/06, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Foi aprovada, com parecer favorável da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A relatora disse na ocasião que a aprovação da PEC 12-A/06 deve permitir que a maioria dos municípios e estados salde essas dívidas em até 15 anos. O texto aprovado obriga os municípios a destinar entre 1% e 1,5% de suas receitas correntes líquidas para o pagamento dos precatórios. Esse percentual, para os estados, é entre 1,5% e 2%. Ainda de acordo com a emenda constitucional, 50% dos recursos dos precatórios serão usados para o pagamento por ordem cronológica e à vista.

ESTATUTO DO TORCEDOR

Em julho de 2010, o projeto que torna mais rígidas as punições contra torcedores que praticarem ou incentivarem a violência nos estádios foi aprovado pelo Senado e virou lei. O texto (PLC 82/09), do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), acrescenta ao Estatuto do Torcedor punições para excessos cometidos pelas torcidas organizadas, cambistas que venderem ingressos a preços abusivos e árbitros que aceitarem suborno. Torcedores que invadirem o campo ou se expressarem por faixas e cânticos ofensivos ou xingamentos a jogadores e juízes serão punidos com detenção e proibição de assistir a jogos por até três anos (antes o prazo máximo de afastamento era um ano). A violência ligada a jogos passou a motivar prisão por até três anos. Fogos de artifício, bebidas e objetos que possam ser usados em agressão física foram banidos dos estádios. Passou a existir punição específica aos torcedores que arremessarem objetos contra outros espectadores ou contra jogadores e juízes. Com a nova lei, todos os estádios com capacidade superior a 10 mil lugares foram obrigados a ter equipamentos de gravação de imagens. A lei responsabiliza civilmente as torcidas organizadas, que foram obrigadas a montar um cadastro dos seus associados, com fotos e endereços. Caso algum integrante cometa infração, toda a organização será responsabilizada.

VALE-CULTURA

O Plenário do Senado aprovou em dezembro de 2009 a criação do vale-cultura, um cartão magnético com crédito de até R\$ 50 mensais a ser usado pelos trabalhadores com carteira assinada e renda de até cinco salários mínimos. O cartão valerá em cinemas, teatros, museus, shows e exposições ou na compra de livros, CDs, DVDs, jornais e revistas. Se a lei for sancionada da maneira como prevê o projeto (PLC 221/09), os aposentados também terão direito a R\$ 30

mensais. Até 10% do valor do vale-cultura poderão ser descontados no contracheque, mas o trabalhador, por outro lado, pode recusar o benefício. As empresas que declaram Imposto de Renda com base no lucro real terão direito a deduzir até 1% do imposto devido se concederem o vale-cultura. O projeto foi apresentado pelo Executivo à Câmara, onde já havia sido aprovado. Mas, como o texto recebeu emendas de senadores, voltou àquela Casa e aguarda nova votação do Plenário.

LICENÇA-MATERNIDADE

A ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias recebeu o apoio unânime dos senadores presentes na sessão plenária de 3 de agosto de 2010. A mudança, prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07) apresentada pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), foi aprovada em segundo turno e seguiu para exame da Câmara. A proposta – que altera a redação do inciso XVIII do artigo 7º da Constituição – estende a todas as trabalhadoras o benefício que havia sido concedido pela Lei 11.770/08 às funcionárias das empresas que aderissem ao Programa Empresa Cidadã. Por essa lei, originada de projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), as empresas que aderissem ao programa teriam benefícios fiscais. Rosalba Ciarlini, que deixa a Casa em 2011, pois foi eleita governadora do Rio Grande do Norte, disse que a proposta foi a primeira que apresentou no Senado, fruto de suas observações quando atuava como médica pediatra. “Via a angústia das mães quando tinham que voltar ao trabalho. Agora, a mãe vai voltar ao trabalho muito mais produtiva e tranquila, ao passo que a criança terá um desenvolvimento psíquico mais equilibrado”, disse a senadora.

VOTO ABERTO

Em junho de 2010 foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/04, do então senador Sérgio Cabral. Ela muda de secreto para aberto o voto dos parlamentares em apreciação de vetos do Executivo, votação para perda de mandato parlamentar e aprovação de determinadas autoridades para ocupar cargos públicos. O texto torna abertas, por exemplo, as votações para escolha de presidente e diretores do Banco Central, diretores de agências reguladoras, embaixadores e governador de território. Admite, entretanto, a manutenção da arguição secreta dos indicados para embaixadas, por envolver assuntos de Estado de caráter reservado. A PEC atualmente aguarda votação no Plenário do Senado.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Para minimizar as causas e as consequências das mudanças climáticas, o Congresso Nacional aprovou em 2009 a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/09). Ela prevê a preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos grandes biomas naturais considerados patrimônio nacional, como a Amazônia. Também estabelece a meta de reduzir de 36% a 39% as emissões de gases até 2020, tendo por base o Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa. Embora não tenha sido ainda regulamentada, a lei compatibiliza o desenvolvimento econômico e social com a proteção do clima e prevê o estímulo governamental à geração de energia eólica e à produção de biodiesel, preferencialmente pela agricultura familiar. Dá, ainda, incentivos ao uso de energia solar para aquecimento de água nas residências; de etanol, com maior percentual de mistura com a gasolina; e de carvão vegetal a partir de florestas plantadas, entre outros pontos. Decreto presidencial assinado em outubro de 2010 regulamentou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, aprovado pelo Congresso em 2009 (Lei 12.114/09). Os recursos desse fundo serão usados para combater a desertificação e estimular cadeias produtivas sustentáveis. O dinheiro deve

apoiar estudos e financiamento de empreendimentos para o combate e a adaptação à mudança do clima. Com previsão de R\$ 226 milhões em 2011, o fundo usará parte do lucro da cadeia produtiva do petróleo para financiar ações de adaptação às mudanças climáticas. Cerca de R\$ 200 milhões serão aplicados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamentos e o restante irá para ações do Ministério do Meio Ambiente.

PISO SALARIAL

Com tramitação acelerada e votação em dois turnos, o Senado aprovou em dezembro de 2009 a PEC 41/08, que determina a edição de lei para fixar piso salarial dos policiais civis e militares e dos bombeiros, da ativa ou aposentados. O texto aguarda votação em segundo turno na Câmara. O projeto também estabelece que a União participe no custeio desse piso, por meio de fundo próprio, formado com receitas tributárias federais. A proposta do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) já havia passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde uma emenda do relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), reduziu de dois para um ano o prazo para o início da adoção do piso, que deverá ocorrer gradualmente. Outra emenda permitiu beneficiar também os bombeiros. Para antecipar o início da aplicação do piso, Demóstenes propôs que o presidente da República baixe ato dando início à sua implementação gradual em um ano após a promulgação da PEC. Assim, a remuneração mínima pode começar a ser paga mesmo que ainda não tenha sido aprovada lei para regulamentar em definitivo tanto o piso quanto o funcionamento do fundo que auxiliará os estados que não puderem arcar com o desembolso extra. Segundo Demóstenes, os recursos podem começar a ser transferidos aos estados por meio do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronaspi), dentro das prioridades estabelecidas pelo Executivo. Ele disse que fez consultas ao Ministério da Justiça a fim de elaborar seu relatório, para que o texto final da PEC tenha condições de ser efetivamente implantado pelo Executivo.

CERRADO E CAATINGA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/03, do senador Demóstenes Torres, aprovada em julho de 2010, transforma os biomas da Caatinga e do Cerrado em patrimônio nacional, a exemplo do que acontece com a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal e a zona costeira – já assim considerados pela Constituição. Na prática, o reconhecimento de patrimônio nacional determina, por lei, que o uso da área seja feito de forma a assegurar a preservação do meio ambiente. A proposta agora tramita na Câmara dos Deputados como PEC 504/10.

Senado ouve sociedade por meio de audiências públicas

As audiências públicas, que normalmente reúnem especialistas para debater temas específicos, vêm ocupando lugar de destaque no processo legislativo do Senado. No biênio 2009/2010, as comissões realizaram aproximadamente 500 reuniões desse tipo, com destaque para as áreas de economia, justiça e cidadania, cultura, esporte, infraestrutura e assuntos sociais. Levantamentos ainda em fase de consolidação feitos pela Secretaria de Comissões indicam que em 2009 houve 310 audiências, contra 158 em 2010, ano de eleições e quando o Parlamento recorreu ao chamado esforço concentrado.

Estima-se que cerca de 2 mil pessoas – empresários, sindicalistas, donas de casa, estudantes, pesquisadores e outras lideranças representativas do pensamento brasileiro – participaram dos debates.

Por meio das audiências, os projetos em tramitação podem receber contribuições da sociedade civil, as quais são transformadas em emendas ou subsidiam os pareceres dos relatores. Em termos práticos, as audiências concorrem para que as matérias alcancem o maior grau de consenso possível entre os senadores frente às alternativas existentes.

O expediente das audiências públicas é exercido amplamente nas comissões, com destaque para as permanentes. Alguns assuntos, pelo grau de complexidade, como foi a crise aérea, demandam mais de uma audiência. É comum as comissões convocarem audiências coletivamente para o espaço do Plenário, ampliando a visibilidade junto à sociedade e à mídia. Essas reuniões podem ainda ocorrer fora das dependências do Senado, inclusive nos estados.

A audiência pública aumenta em importância quando um projeto é terminativo e pode seguir à Câmara ou à sanção presidencial sem passar, obrigatoriamente, pelo Plenário. Nesses casos, as audiências corroboram a representatividade das votações.

Em 2010, o Senado criou uma publicação específica para divulgar audiências sobre grandes temas de interesse nacional, a revista *Em discussão!*, do Jornal do Senado.

Acordo de líderes acelera votações

A celebração de acordo envolvendo o colégio de líderes foi um dos motores que dinamizaram o processo legislativo no biênio 2009/2010, período em que foram aprovadas matérias de grande relevância econômica e social para o país. A busca do consenso em torno de projetos prioritários permitiu destrancar pautas e, também, superar divergências entre bancadas em um período de agitação política, comum em véspera de eleições proporcionais e majoritárias.

As reuniões eram sempre realizadas na Presidência da Casa e contavam, rotineiramente, com a presença dos blocos de oposição e de apoio ao governo. Foi exatamente o consenso entre os líderes que definiu a realização de semanas de esforço concentrado entre os meses de agosto e setembro, quando mais de cem matérias passaram pelo crivo do Plenário. Assim, os senadores puderam exercer o papel de legislador e participar das eleições em suas bases, nos estados.

Novos códigos

Senado trabalhou por uma Justiça mais ágil

Instituída por ato do presidente do Senado, José Sarney, em outubro de 2009, uma comissão de juristas, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, elaborou um anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) para enfrentar a morosidade na tramitação das ações na Justiça. O assunto ficou em seguida a cargo de uma comissão de senadores. Em 24 de novembro de 2010, o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), apresentou seu parecer. Em 1ª de dezembro, a comissão temporária aprovou o texto de Valter Pereira, que propôs alternativa ao projeto original (PLS 166/10).

O novo texto, com 1.008 artigos, será agora examinado pelo Plenário. Como se trata de um novo código, será votado em três turnos, antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados.

O relator mantém as grandes linhas da proposta original dos juristas, absorvendo regras para simplificar os processos e reduzir a possibilidade de recursos, numa atualização completa do código em vigor desde 1973.

Valter Pereira destacou que a elaboração do texto foi precedida por amplo debate com representantes do campo jurídico, tanto na comissão de juristas como na comissão especial de senadores. Na fase de consulta, observou, foram realizadas dez audiências públicas e aproveitadas contribuições de 106 notas técnicas encaminhadas à comissão de senadores, além de mais de 800 propostas sobre pontos específicos, sendo 664 sugestões populares colhidas pela internet. A comissão de juristas já havia recebido 600 e-mails da comunidade em geral, 240 sugestões das audiências públicas realizadas em todo o país e outras 200 de entidades representativas de profissionais que atuam no segmento.

– Nunca um código foi construído de maneira tão aberta. Do cidadão mais simples ao mais prestigiado e culto jurista, todos puderam opinar – afirma o relator.

Para acelerar a decisão dos processos, uma das maiores inovações é o instrumento denominado “incidente de demandas repetitivas”, relativo à solução das demandas de massa. A partir desse recurso, o que for decidido por tribunal superior num processo específico será aplicado nacionalmente, nas instâncias inferiores, a todas as causas com o mesmo objetivo.

A proposta manteve ainda a garantia de que, nos processos de conciliação, para solucionar conflitos sem a necessidade de disputa judicial, o papel de mediador possa ser exercido por profissionais de qualquer área. A comissão especial da reforma do Código de Processo Civil é presidida por Demóstenes Torres (DEM-GO).

A comissão de 12 juristas que elaborou o anteprojeto de novo código teve como relatora a professora de Direito Teresa Arruda Alvim Wambier. O representante do Senado na comissão foi o consultor-geral da Casa, Bruno Dantas.

Código de Processo Penal em fim de tramitação

A proposta que reformula o Código de Processo Penal (CPP) foi aprovada pelo Plenário em 7 de dezembro. A comissão especial que trata do assunto havia aprovado o relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES) sobre as 214 emendas apresentadas ao projeto (PLS 156/09). Para se tornar lei, a proposta agora terá de ser aprovada na Câmara dos Deputados.

Para Renato Casagrande, o novo código “funcionará como um instrumento de combate à criminalidade”.

– Nós estamos vendo agora a ousadia da criminalidade no estado do Rio de Janeiro. Ter bons instrumentos para que a punição possa acontecer é importante. O Código de Processo Penal é mais uma ferramenta. Não é a salvação de tudo, mas é mais um instrumento na política de combate à criminalidade – destaca o relator.

Uma das novidades do código destacada por Casagrande é a que trata do juiz de garantias – uma das principais mudanças do CPP –, que atua apenas na fase da investigação do inquérito. O juiz de garantias se torna o responsável por atos como decretação da prisão preventiva, interceptação de conversas telefônicas e quebra de sigilo. No entanto, ele não poderá presidir o processo judicial, instaurado após a proposição da ação penal.

Outra mudança no CPP prevê que o prazo máximo para a audiência de instrução e julgamento passa de 60 para 90 dias. Uma comissão de juristas que funcionou no Senado em 2008 elaborou o texto que deu origem ao PLS 156/09.

Código do Consumidor deverá tratar também do superendividamento

O presidente do Senado, José Sarney, instituiu em 30 de novembro de 2010 comissão de juristas que deverá apresentar proposta de aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor. O grupo, que não receberá remuneração pelo trabalho, será presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, um dos idealizadores do texto atual (Lei 8.078/90). Conforme o ato que criou a comissão, o código deverá ser aperfeiçoado no que se refere ao crédito e ao superendividamento.

Instituído há 20 anos, o Código de Defesa do Consumidor é considerado por muitos uma legislação de vanguarda. No entanto, ressalta Herman Benjamin, havia temas que naquela época não eram prioridade, mas que hoje têm grande importância.

– O crédito era privilégio de poucos, num contexto de altos níveis de inflação e no qual o sistema financeiro nacional não era moderno como atualmente. Aquilo que interessava a um pequeno núcleo de consumidores abonados hoje se refere a dezenas de milhões de consumidores que foram incorporados ao mercado de crédito – afirma o ministro, acrescentando que isso resulta em problemas novos, como o superendividamento.

Ele também lembra que, em 1990, o comércio pela internet não existia e, por isso, “nem sequer se colocavam tais assuntos, devido à perspectiva tecnológica da época”. Uma das sugestões que Herman Benjamin também pretende apresentar é a de fortalecimento dos Procons, visando reduzir “a litigiosidade judicial nos conflitos de consumo”.

Projeto de novo Código Eleitoral será apresentado em 2011

Até o final de dezembro, ou o início de 2011, proposta de um novo Código Eleitoral deve ser apresentada ao Senado. O anteprojeto está sendo elaborado por uma comissão de juristas instituída em 7 de julho de 2010 pelo presidente do Senado, José Sarney, e presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli.

– Nosso trabalho será o de buscar a reorganização, a racionalização do sistema legal existente, porque temos um Código Eleitoral que data de 1965, com várias leis ordinárias, complementares, consultas, um emaranhado que precisa ser sistematizado e adaptado aos tempos atuais – afirma Dias Toffoli na instalação da comissão, formada por 20 juristas e que tem como relator o ex-ministro do STF Carlos Velloso.

José Sarney destacou a importância de um novo Código Eleitoral, apontando que o trabalho poderá subsidiar uma posterior reforma política.

– Essa não é uma comissão de reforma política, mas da base onde tudo começa: o sistema de escolha. Se nós temos uma boa legislação eleitoral, nós temos condições de ter uma reforma política, um sistema político que sirva à democracia – ressalta.

Entre os temas que mais apareceram nas audiências realizadas em todo o país, estão sugestões de mudanças na propaganda eleitoral; custo e financiamento de campanhas; doações; pesquisas e debates eleitorais; cabos eleitorais; transporte de eleitores; datas das convenções partidárias e das eleições; composição, atribuições e custos dos tribunais eleitorais; e celeridade no julgamento dos processos de cassação e das pendências relativas aos candidatos. A comissão considera que um dos pontos mais importantes é garantir no novo código que todas as

pendências dos candidatos sejam resolvidas antes da diplomação, marcada este ano para 17 de dezembro.

As sugestões ajudarão a comissão de juristas na elaboração do texto preliminar, que será apresen-

tado pelo presidente do Senado como projeto. Uma comissão especial de 11 senadores será então formada para analisá-lo.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou em 24 de novembro diversas mudanças na legislação eleitoral. Muitas delas já haviam sido acatadas pelo Senado em 2009, mas depois foram rejeitadas pela Câmara, no que ficou conhecido como minirreforma eleitoral. Entre as mudanças propostas pelo PLS 93/10, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), os partidos políticos passam a ser autorizados a organizar prévias entre pré-candidatos inscritos.

Crise dos atos secretos dá início a mudanças profundas

Em 2009, a pedido do presidente do Senado, José Sarney, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) fez um amplo estudo técnico sobre a Casa, que serviria de base para uma reforma administrativa, materializada em projeto que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O estudo apontou algumas distorções nos processos de gestão, entre elas a falta de publicação de alguns boletins administrativos na internet – que ficaram conhecidos como atos secretos.

O assunto teve grande repercussão na mídia, levando a Comissão Diretora a tomar diversas medidas para corrigir as irregularidades e punir os responsáveis, reforçando assim o princípio constitucional de transparência das informações e decisões públicas.

Levantamento feito pela Diretoria-Geral apontou, no início de agosto de 2009, a existência, ao longo de 14 anos, de 663 atos não publicados. Desse total, foram tratados como exceção 152 que tiveram a sua publicação no Diário do Senado Federal e outros 45 da Comissão Diretora, uma vez que a presidência da Casa não poderia anulá-los monocraticamente.

O episódio serviu de base para uma representação contra o presidente José Sarney no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao final arquivada. Em discurso em Plenário no dia 5 de agosto de 2009, o presidente explicou que o número de atos em questão correspondia a 0,85% das publicações administrativas do Senado e que menos de 80 teriam ocorrido em sua gestão. Sarney disse ter assinado apenas nove deles, dois como presidente e sete como membro da Comissão Diretora.

Criticando também o número excessivo de diretores na Casa, apontado igualmente pela FGV, José Sarney reafirmou seu compromisso com a modernização.

Uma comissão interna apresentou, no final de setembro de 2009, relatório (disponibilizado no Portal da Transparência, na internet) concluindo que a maioria dos atos secretos tratavam “de temas corriqueiros” e que, quanto à “legalidade dos respectivos conteúdos”, não pairava qualquer dúvida. A simples publicação posterior deles, “ainda que tardia”, assumiria o efeito de medida saneadora.

Ainda segundo o relatório, não havia qualquer caso de nepotismo ou irregularidade entre os servidores em atividade então nomeados pelos atos, salvo aqueles objeto de processos administrativos disciplinares anunciados pela administração.

Ex-diretores são punidos após trabalho da comissão

Com base no relatório da comissão criada para investigar os chamados atos secretos, o senador Heráclito Fortes, 1º secretário da Casa, anunciou em março deste ano a suspensão por 90 dias do ex-diretor-geral do Senado Agaciel da Silva Maia e do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi. Outros cinco servidores também foram responsabilizados pelas irregularidades. No final de outubro de 2010, Zoghbi já havia sido demitido do Senado por decisão da Mesa. Contra ele foram abertos três inquéritos administrativos – atos secretos, uso indevido de apartamento funcional e uso de empresa fantasma para intermediar empréstimos consignados.

“Enfrentamos uma das piores crises que o Senado já viveu e, hoje, posso dizer que conseguimos superá-la, mudando padrões de comportamento, paradigmas de administração, enfim, tirando esta Casa do noticiário negativo a que ela estava exposta. Foram momentos difíceis, mas posso apontar hoje um balanço altamente positivo. Entre várias medidas que tomamos, poderia destacar, além, de uma maneira geral, da ampla reforma pela qual o Senado passou, algumas questões pontuais. Em primeiro lugar, pelo seu caráter simbólico, o fim dos atos secretos. Criamos o Portal da Transparência e hoje todas as informações – sobre funcionários, contratos, despesas do Senado e dos mandatos dos senadores – estão lá para quem quiser acompanhar e fiscalizar. Desde o início, cortamos pela raiz um dos motivos geradores de problemas, que eram as altas taxas do crédito consignado e a maneira como ele vinha sendo conduzido. Foram muitas as medidas que representaram economia de gastos, mas, sobretudo, de postura da própria administração e dos funcionários da Casa. Podemos citar, entre elas, a proibição do nepotismo, a diminuição drástica das comissões, o controle das horas extras, até chegarmos à implantação do ponto eletrônico. Decidimos enfrentar também a questão funcional, que ainda não está finalizada, mas que caminhou bastante, como a reforma administrativa, amplamente discutida, e a implantação do plano de carreira. Definimos novas normas para a contratação de empresas de terceirização de mão de obra, eliminando um dos focos de desperdício de dinheiro e dos efeitos colaterais que isso acarreta. E, ao mesmo tempo, convocamos servidores aprovados em concurso e já definimos a realização do próximo. Tenho orgulho de ter participado desse momento de reformas tão profundas no Senado, mesmo com todos os desgastes que isso nos acarretou. Tenho consciência também das imperfeições do processo e do muito que há por fazer. Mas já abrimos o caminho e acho que ele não tem volta.”

Heráclito Fortes

1º secretário do Senado Federal

Senado cortou metade das funções comissionadas

Mesmo antes da aprovação do projeto de reestruturação administrativa do Senado, importantes medidas foram tomadas nos últimos dois anos para corrigir distorções, como o excessivo número de funções comissionadas. Em março de 2010, apenas 7% dos servidores efetivos não tinham esse tipo de função, num claro desvirtuamento da finalidade das chamadas FCs: distribuídas de forma indiscriminada, elas não serviam mais para remunerar chefias. Havia um nivelamento salarial entre chefes e subordinados. Por exemplo, quando assumiu o posto em 2009, o diretor-geral, Haroldo Tajra, consultor legislativo, passou a ganhar apenas R\$ 300 a mais para exercer o mais alto cargo da estrutura funcional do Senado, só equiparado ao de secretário-geral da Mesa.

Com a instituição do plano de carreira em julho de 2010, deixaram de existir as funções comissionadas inerentes aos cargos, como aquelas na área de comunicação e na Consultoria Legislativa. O número de FCs do Senado foi cortado pela metade, de 4.065 para 2.001.

A redução nas funções comissionadas era uma das prioridades estabelecidas pelo Conselho de Administração da Casa para a chamada reforma administrativa, que está sob análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que criou uma subcomissão para tratar do assunto. Segundo o presidente da subcomissão, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o grupo deve encerrar seus trabalhos ainda este ano, após exame do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A reforma administrativa deve ir muito além do corte de FCs. Fruto de exaustiva discussão, que envolveu servidores, a direção da Casa e os senadores, o texto, aprovado pela Mesa em dezembro de 2009 e enviado à tramitação como o Projeto de Resolução 96/09, foi a sexta versão da proposta, inicialmente formulada pela FGV. Consultores da fundação continuam a acompanhar o assunto, assessorando a subcomissão da CCJ.

Inicialmente, uma comissão técnica, formada por servidores, debruçou-se sobre a primeira proposta de reforma. As conclusões dessa comissão e da FGV foram analisadas em seguida pelo Conselho de Administração. Na etapa seguinte, a Mesa diretora deu a configuração final ao projeto, após receber 167 sugestões de 59 dos 81 senadores. As diferentes versões da proposta foram publicadas no Portal da Transparência, podendo ser acessadas por qualquer pessoa pela internet.

O projeto de reforma administrativa simplifica a estrutura de gestão do Senado. Segundo o diretor-geral, de 50 diretores de primeiro e segundo escalões, a Casa passaria a ter 11. A proposta transforma secretarias em departamentos, funde setores e reduz cargos de chefia.

– O enxugamento de várias unidades vai dar mais agilidade, racionalidade e uma melhor estrutura de comando dentro da Casa – observa Haroldo Tajra.

Ponto de destaque no processo de reestruturação já em curso foi a reativação em 2009 do Conselho de Administração, órgão de assessoramento da Mesa, que não se reunia havia 15 anos. Tajra considera que esse fato marcou uma mudança de paradigma na gestão, da centralização para o compartilhamento das decisões. O colegiado, presidido pelo diretor-geral, tem representantes das áreas de comunicação social, recursos humanos, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamento, Secretaria-Geral da Mesa, controle interno, advocacia, Primeira-Secretaria e Presidência do Senado.

Importantes decisões sobre o funcionamento da Casa são tomadas de forma conjunta. Por exemplo, em fevereiro passado o conselho se reuniu para tratar da implantação do ponto eletrônico, determinada pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI). Os servidores, que antes assinavam folhas de ponto, passaram a registrar entradas e saídas por meio da rede interna de computadores. Em outubro de 2010, digitais dos funcionários foram escaneadas e novos crachás, distribuídos, para permitir a adoção do ponto eletrônico com identificação biométrica. Oitenta e dois aparelhos estão sendo instalados nos prédios do Senado. A nova sistemática, que vai necessitar simultaneamente da impressão digital e do crachá, deve começar a ser empregada em 1º de fevereiro ou 1º de março de 2011.

Outra medida importante, adotada este ano, foi o ato da Comissão Diretora que atualizou o regime de jornada de trabalho, permitindo, a critério de cada setor, estipular as seis horas diárias corridas. O regulamento anterior, de 1972, engessava a jornada nos tradicionais dois turnos diários de quatro horas, com horário de almoço.

Para Tajra, o Senado saiu da crise fortalecido do ponto de vista administrativo. Uma mudança significativa, segundo ele, foi o estabelecimento de uma clara diferenciação entre os aspectos institucionais, que são permanentes, e da atividade parlamentar, que oscila em função das disputas políticas e das composições partidárias. Antes, havia uma “sobreposição excessiva das duas dimensões”.

– Hoje, o Senado é o órgão público mais transparente da sociedade brasileira. E essa transparência só fortalece a instituição. Ainda temos muito a fazer e vamos continuar avançando para dar tranquilidade à sociedade de que as coisas são feitas de maneira séria e correta – afirma.

Após auditoria do TCU, Senado reduz contratos e folha de pagamento

Para renegociar contratos, ampliar a transparência e a segurança nas licitações, a Mesa diretora tomou diversas medidas ao longo do biênio 2009/2010. Ao serem empossados, em fevereiro de 2009, o presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário, Heráclito Fortes, ordenaram um levantamento detalhado de todos os contratos em andamento. Compras, contratação de serviços e principalmente o fornecimento de mão de obra terceirizada passaram por um raio-X. Em dois anos, licitações foram refeitas, e novas empresas, contratadas. Tudo para garantir mais economia e impedir irregularidades.

Além do processo de investigação, os contratos do Senado assinados nos últimos quatro anos e a folha de pagamento de pessoal passaram por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), a pedido do presidente Sarney. A Secretaria de Recursos Humanos acompanhou e coordenou – em conjunto com a Secretaria de Controle Interno, a Advocacia e a Secretaria de Administração Financeira – a coleta, a organização e o fornecimento das informações solicitadas pelos auditores do TCU.

Durante mais de um ano, técnicos do tribunal analisaram dezenas de contratos. A corte avaliou se os custos unitários e globais declarados pelo Senado eram compatíveis com os preços de mercado, além de verificar as principais licitações realizadas.

Um acórdão do TCU sobre o assunto foi divulgado em outubro de 2010. Algumas determinações do tribunal já estão sendo executadas. O Senado também apresentou contra-argumentações que foram juntadas ao processo. Cinco dos 34 contratos com empresas de terceirização de mão de obra deixados pela gestão anterior foram suprimidos. Mesmo com a incidência de reajustes trabalhistas, em muitos dos contratos houve economia. Um dos principais exemplos é o de terceirização de 337 técnicos para a Secretaria Especial de Comunicação Social. Com a renegociação de valores, obteve-se uma economia de R\$ 5 milhões por ano ao Senado.

Outro caso do tipo é o contrato de reprografia, que acaba de ser firmado e vai garantir uma economia de mais de R\$ 2 milhões por ano. O Senado reduziu o número de máquinas copiadoras e intensificou a fiscalização.

Atendendo às recomendações do TCU nos contratos de fornecimento de mão de obra, o Senado passou a fazer projeto básico ou termo de referência para balizar os preços. Esses

procedimentos são determinantes no êxito do processo de seleção e posterior gestão do contrato. É mais uma garantia da plena e segura aplicação dos recursos públicos.

Para agilizar os processos, a Secretaria de Administração de Contratos (Sadcon) mantém um cadastro de fornecedores. Nomes das empresas contratadas pelo Senado que sofreram sanções como multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade são divulgados pela internet.

Novas regras dão mais segurança às licitações

Investir na transparência e em novos critérios para os contratos e licitações foram decisões importantes tomadas pela Mesa diretora para garantir maior segurança nas compras realizadas pelo Senado. Em 2009, todos os contratos mantidos pelo órgão e suas alterações passaram a ser publicados no Portal da Transparência. Licitações, extratos, informações sobre suprimento de fundos e relatórios de gestão fiscal estão disponíveis na internet para a consulta de qualquer pessoa. A Casa também criou o Núcleo de Gestão de Contratos, permitindo maior racionalização da gestão administrativa, principalmente nos contratos de mão de obra terceirizada.

Em 2010, o Senado mudou regras e adotou providências legais para garantir maior segurança nos processos de compra, como o Ato 10/10 da Comissão Diretora. A norma criou o Regulamento de Compras e Contratações, a ser observado em licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, aquisições, alienações e locações.

A modernização das regras licitatórias permitiu ao Senado intensificar o uso do pregão eletrônico. Nessa modalidade de licitação, a disputa é ampliada, permitindo a participação de maior número de empresas de diversos estados. O fornecedor interessado em participar do pregão se cadastra eletronicamente e recebe uma senha, que permite o acesso à opção para certificação da empresa. Após a confirmação da certificação, o fornecedor está habilitado a participar dos pregões referentes àquele órgão.

O pregão eletrônico funciona como um leilão ao contrário: ganha o fornecedor que oferecer o menor preço. A identidade das empresas não é revelada aos demais concorrentes, o que, por exemplo, dificulta a existência de acordos entre as empresas licitantes. A ideia é que, com mais fornecedores habilitados, a concorrência aumente e o preço caia. Ao contrário de outras modalidades de licitação, o pregão eletrônico não tem um limite de valor estipulado.

– O único limite é com relação ao objeto. Ou seja, o pregão só pode ser utilizado para compras de objetos que possam ter uma descrição simples e específica – afirma Luciano Freitas de Oliveira, pregoeiro oficial do Senado e diretor da Secretaria de Patrimônio.

Segundo Luciano, o pregão pode ser usado para os mais variados tipos de compra, de clipes de papel a carros. Pode também ser utilizado para a contratação de serviços simples, como de limpeza ou manutenção, mas não para obras. Em 2010, o Senado realizou 40 pregões eletrônicos, um deles para o fornecimento de mão de obra para limpeza.

Outra iniciativa da Mesa diretora foi unificar as gestões de compras e contratações, material e patrimônio, orçamentária e financeira do Prodasen e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), que agora são subordinadas ao Senado.

Atos são hoje necessariamente publicados

A crise dos chamados atos secretos levou o Senado a adotar procedimentos para que toda decisão administrativa tenha sua publicação garantida, tanto no Diário do Senado Federal quanto no Boletim Administrativo de Pessoal (BAP). No caso do BAP, toda vez que o sistema

de informação é alimentado, a publicação ocorre inexoravelmente, ou seja, não há possibilidade de ficar retida em instâncias administrativas da Casa.

Em 2009, 10.200 matérias foram publicadas no BAP. Em 2010, esse número saltou para 22.614 até meados de novembro.

Uso de celular por servidores teve corte de 20%

Para adequar-se à política de redução de despesas da Casa, as cotas para uso de telefones celulares foram cortados em 20% quando utilizada por servidores e funcionários. Têm direito ao serviço ocupantes de funções de direção e assessoramento. Desde março de 2009, o limite de gastos com esse serviço varia de R\$ 200 a R\$ 300, dependendo do cargo. Toda vez que a cota estabelecida é ultrapassada, o servidor responde pelos gastos excedentes.

Regras mais rígidas para verbas e passagens aéreas

Nos últimos dois anos, o Senado promoveu importantes avanços para garantir a transparência nas despesas de custeio da atividade parlamentar, implementando novas resoluções para a verba indenizatória, os escritórios estaduais dos senadores e o uso de passagens aéreas. Desde abril de 2009, os gastos dos 81 senadores com recursos da verba indenizatória podem ser mensalmente conferidos na página da instituição, no Portal da Transparência (www.senado.gov.br/transparencia).

A verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais para cada senador é destinada ao ressarcimento de despesas com aluguéis de escritório, hospedagens, passagens, combustíveis, pesquisa e divulgação, entre outros. Para essa compensação financeira, exige-se o cadastramento dos gastos e a apresentação de notas fiscais pelos parlamentares. “Os senadores podem usar a verba ou não. Mas, para recebê-la, precisam lançar a informação no sistema”, explica um dos diretores da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), Cláudio Miranda.

A verba indenizatória, conforme ressalta o consultor legislativo Gilberto Guerzoni Filho, garante a democratização do Parlamento: “É preciso deixar claro que isso não vai para o bolso do parlamentar. Os estados têm sua representação no Senado, e a manutenção do mandato popular tem um custo”.

O cidadão pode fiscalizar quanto cada senador utilizou com transporte aéreo, por ano e mês, no mesmo Portal da Transparência. Pelo ato que alterou a regra de concessão de passagens, apenas senadores têm direito ao benefício, cujo prazo máximo para publicação na internet é de 90 dias. Cada um pode usar, mensalmente, cinco trechos de ida e volta aos estados de origem e não são permitidos acúmulos de um período para o outro.

O texto ainda prevê o uso por assessores, em serviço, mas, nesse caso, há necessidade de as viagens serem aprovadas pela Comissão Diretora da Casa. Foram extintas cotas suplementares que cabiam aos membros da Mesa e lideranças partidárias.

A mudança no regime de uso das passagens aéreas reduziu os gastos à metade em 2009. Foram R\$ 18 milhões em 2008 contra R\$ 9 milhões no ano passado.

Recursos Humanos

Plano de carreira e modelo de gestão valorizam servidores

O Senado renovou sua gestão de pessoal, sob a responsabilidade da Secretaria de Recursos Humanos (Serh), adotando modelo de planejamento e desenvolvimento dos servidores pautado na gestão por competências. Nos últimos dois anos, foi possível reduzir o número de funções comissionadas, extinguir vagas desnecessárias e aprovar o novo plano de carreira dos servidores (Lei 12.300/10), que promoveu a equalização salarial com as outras carreiras típicas de Estado, corrigindo defasagem que chegava a 40%. Segundo estimativa da Serh, haverá uma redução de cerca de 90% dos gastos com o pagamento de horas extras para os servidores.

O plano está sendo implantado em duas etapas. Em resumo, representou reajuste médio aos servidores da ordem de 25%, de forma diferenciada, promovendo a igualdade funcional nos diversos cargos e áreas. A estrutura remuneratória foi simplificada e passou a ser composta por vencimento básico, Gratificação de Atividade Legislativa, Gratificação de Representação e Gratificação de Desempenho. Foram extintas todas as gratificações não previstas no Regime Jurídico Único, inclusive as de comissões especiais. Também foram expressamente proibidas todas as formas de vinculação ao subsídio parlamentar, seja na remuneração ou sob qualquer espécie de gratificação. O plano ainda reduziu o número de funções comissionadas disponíveis a menos da metade. Eram 4.065 até 2009 e hoje são 2.001.

A diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Doris Marize Peixoto, ressalta que a Serh tem atuado com o desafio de fazer com que o grande número de projetos em andamento na secretaria beneficiem e modernizem a gestão administrativa de pessoas, tendo o servidor como valor referencial da instituição.

Entre outras iniciativas, a Serh implantou programas de readaptação funcional e de preparação para a aposentadoria, além de projeto para auxiliar os servidores a evitar o estresse no trabalho.

– É preciso trabalhar muito a autoestima do servidor, que foi abalada pelos acontecimentos do ano passado. Uma das estratégias adotadas foi recuperar o conjunto de normas necessárias para quem vai gerir e ser gerido e dar a devida publicidade, a segurança jurídica – afirma Doris.

GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS

No novo modelo, os profissionais são vistos como talentos. A gestão busca identificar as competências que uma função precisa e as que o indivíduo apresenta e, depois, cruzar as informações apuradas para determinar a eventual necessidade de treinamento, traçando um plano de desenvolvimento específico para o colaborador.

Menos horas extras e racionalização das jornadas

As medidas tomadas em relação ao pagamento de horas extras aos funcionários do Senado alcançaram o objetivo: enquanto em outubro de 2009 foram gastos R\$ 7,047 milhões, em outubro de 2010 a despesa caiu para R\$ 706,935 mil (aproximadamente 10% do que se pagava um ano antes). A redução torna-se ainda mais expressiva se os gastos com hora extra forem comparados com o dos anos anteriores, uma vez que em 2009 já se havia registrado o menor valor desde 2003.

Entre as medidas implementadas, houve uma nova racionalização das jornadas corridas, dos plantões e das escalas de serviço, permitindo uma distribuição mais racional da força de trabalho durante o funcionamento.

Outra providência adotada pelo Senado visando à economia de gastos com pessoal foi a de suspender o pagamento de gratificações, serviços extraordinários ou vantagens de qualquer título aos funcionários por participação em comissões ou grupos de trabalho na Casa. Enquanto até julho de 2010 os dispêndios do Senado com essa rubrica alcançavam cifras superiores a R\$ 1,1 milhão por mês em média, após adotadas as medidas de racionalização e contenção, os gastos foram reduzidos a zero a partir de agosto do mesmo ano, ficando nesse patamar.

Incentivo ao trabalho criativo e de qualidade

Uma das marcas principais da nova gestão foi colocar novamente o servidor no centro das políticas administrativas internas. Além da aprovação do plano de carreira, que corrigiu defasagens salariais acumuladas ao longo de sete anos, a Diretoria-Geral e a Secretaria de Recursos Humanos empenham-se para mobilizar servidores e demais funcionários para a execução de uma rotina de trabalho criativa e que redunde na prestação de serviços de alta qualidade.

Diversas iniciativas estão voltadas para alcançar esses objetivos: o cadastramento, que fornece à alta direção informações corretas sobre a situação de trabalho na Casa; o Código de Conduta do Servidor; a definição mais transparente das funções comissionadas; e o serviço Alô Servidor, que permite que ideias e informações sejam avaliadas pela direção sem processos morosos de -intermediação.

Além da adoção de novos programas de acesso a informações e a soluções de demandas individuais de forma rápida, a Secretaria de Recursos Humanos vem trabalhando junto aos servidores em relação a temas como aposentadoria, orientação financeira, qualidade de vida, readaptação funcional e cursos de reciclagem. Também busca organizar campanhas que possam aumentar a identidade entre o servidor e grandes causas da cidadania.

Na definição da diretora da secretaria, Doris Peixoto, a busca de mais eficiência pelo Legislativo exige sempre um servidor motivado e mais consciente de suas responsabilidades.

Código de Conduta orientará os servidores

Com a participação da Secretaria de Recursos Humanos, comissão especial foi instituída pela Casa para elaborar um Código de Conduta para os servidores. Atualmente, a conduta dos funcionários é regida por orientações dispersas em documentos de diferentes hierarquias, como a Constituição, o Estatuto do Servidor Público (Lei 8.112/90) e normas e atos internos do Senado, o que dificulta a consulta. O Código de Conduta estabelecerá parâmetros seguros para que o servidor pautar o exercício de sua função pelos princípios gerais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A comissão tem garantido a participação dos servidores na consolidação de um código que seja capaz, por exemplo, de dirimir eventuais dúvidas quanto a conflitos de interesses surgidos no exercício do cargo ou função, além de baixar normas reguladoras para as relações dos servidores com os colegas e com os parlamentares no ambiente de trabalho. Todas as propostas e sugestões são encaminhadas para a comissão.

Relatórios gerenciais detalham a força de trabalho da Casa

Outra iniciativa importante da Secretaria de Recursos Humanos foi a emissão, desde junho de 2009, de relatórios gerenciais sobre a força de trabalho, tanto das secretarias quanto dos gabinetes dos senadores. Em breve, os relatórios alcançarão todas as áreas no nível estratégico. Constam dos relatórios o número de servidores ativos e comissionados, inativos e pensionistas; distribuição dos servidores; servidores que já receberam o abono permanência; nível de escolaridade; contingentes masculino e feminino; quantidade de gratificações gerenciais e de assessoria. Com os relatórios, diretores e senadores têm informações completas sobre o corpo de funcionários, permitindo o redesenhar de novas rotinas de trabalho.

Pesquisas atualizam dados de 6 mil pessoas

Nos dois anos de gestão da atual Mesa diretora, o Senado já promoveu dois recadastramentos dos servidores efetivos e comissionados, um em 2009 e o outro em 2010. Segundo a Secretaria de Recursos Humanos, mais de 6 mil servidores foram alcançados pela pesquisa e as informações servirão para estabelecer políticas de pessoal cada vez mais realistas que atendam à expectativa do corpo funcional da Casa. O Senado não fazia recadastramento havia oito anos.

Como resultado do recadastramento, por exemplo, a Diretoria-Geral recebeu relatório de servidores que declararam possuir vínculos de parentesco com funcionários efetivos ou terceirizados. À luz da súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros diplomas legais, uma comissão deverá analisar os casos que possam incorrer em prática de nepotismo.

Serão extraídos ainda do recadastramento relatório de servidores que declararam acumular o cargo com proventos de aposentadoria ou pensão e com proventos de outro cargo; relatório de servidores que declararam possuir cotas de empresas privadas; relatório de servidores que declararam necessidades especiais; e relatório de perguntas referentes aos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde (SIS), para análise das respostas e encaminhamentos diversos.

A Secretaria de Recursos Humanos promove também o recadastramento dos servidores efetivos aposentados e de pensionistas.

Senado inicia programa de capacitação de chefias

O presidente do Senado, José Sarney, assinou no dia 2 de dezembro de 2010 ato que cria o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), para capacitação de servidores em cargos de chefia. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria de Recursos Humanos da Casa, o Instituto Legislativo Brasileiro e o Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

Entre os objetivos do PDG, estão o desenvolvimento do pensamento estratégico e a implantação de um modelo de gestão pública legislativa voltada para resultados. Fazem parte do programa treinamentos para comunicação eficaz, administração de conflitos, gerenciamento de equipes e de reuniões eficientes e gestão de projetos.

A diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Doris Peixoto, avalia que servidores e chefes bem treinados refletem um investimento em produtividade.

– Investimos pesado na qualificação das chefias. A melhoria do comando, um chefe que sabe bem mandar, consegue resultados mais rápidos e mais eficientes – afirma.

Salário de servidor sem vínculo com o de senador

Os salários dos servidores, conforme determina o plano de carreira aprovado em julho de 2010, não têm mais nenhuma vinculação ao subsídio parlamentar, seja na remuneração ou sob qualquer espécie de gratificação. Mesmo concedendo aos servidores reajuste médio da ordem de 25%, o Senado gasta com pessoal aproximadamente 0,5% do orçamento, sendo que o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é de 0,86%. Outra mudança é a simplificação da estrutura remuneratória. Todos os valores passaram a constar de um único contracheque, acabando de vez com os vários itens que geravam confusão de entendimento entre os servidores.

Concurso em 2011 deve suprir 180 vagas

Um dos pilares no processo de renovação do Senado é o recrutamento de novos funcionários por meio de concurso público, sem a criação de vagas novas. Normalmente, os servidores ocupam vagas existentes em suas carreiras ou vagas transformadas que antes se destinavam a outras áreas de trabalho.

Em novembro de 2010, a Mesa diretora aprovou a realização de um novo concurso público para preencher 180 vagas para nível médio e superior. Uma comissão especial definirá as áreas de destinação. Segundo o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), “cabrerá à próxima gestão definir a data [do concurso] e as áreas”.

Dos aprovados no concurso geral realizado no mês de novembro de 2008, e chamados no decorrer de 2009 e 2010, entraram em exercício 401 novos servidores.

O edital do concurso previa inicialmente 150 cargos. Contudo, frente ao elevado nível de pontuação dos candidatos aprovados pela FGV que permaneciam em lista de espera e à necessidade de preenchimento dos cargos vagos em decorrência de aposentadorias, a administração procedeu ao remanejamento das vagas existentes do quadro de pessoal efetivo, fortalecendo áreas prioritárias para a atividade legislativa.

O atual quadro administrativo, consolidado, tem 4.189 vagas efetivas, enquanto o número de servidores era de 3.500 no dia 26 de outubro, segundo o Portal da Transparência. Portanto, o déficit nominal de vagas era de 689. Há ainda projeções de que 1.457 servidores vão adquirir o direito de aposentadoria até 2015. No biênio 2009/2010, segundo relatório da administração, 323 vagas foram extintas do quadro de pessoal.

62% DOS SERVIDORES TÊM FORMAÇÃO SUPERIOR

O elevado nível de escolaridade é ponto de destaque no perfil dos servidores do Senado. Dos 3.502 efetivos, 61,8% têm formação universitária. Entre esses, 39,1% têm até o nível superior completo; 16,4%, fizeram pós-graduação; 4,9%, mestrado; e 1,4%, doutorado. Apenas 6,6% dos efetivos completaram somente o primeiro grau e 25,3%, o nível médio. O Senado mantém ainda 2.878 servidores comissionados, lotados principalmente nos gabinetes de senadores, lideranças e Mesa diretora. Os aposentados somavam, até outubro, 2.334 pessoas.

Transparência

Senado reagiu a denúncias abrindo acesso a dados

Em 24 de junho de 2009 entrou no ar o Portal da Transparência do Senado, com informações sobre orçamento, recursos humanos e licitações. Em 2010, a ferramenta teve 1,1 milhão de acessos. O portal pode ser acessado por meio de *link* no menu superior da página do Senado (www.senado.gov.br) ou pelo endereço www.senado.gov.br/transparencia.

A abertura dessas informações foi feita no contexto das denúncias envolvendo a administração da Casa e o uso de verbas indenizatórias pelos senadores. Foram incluídos no portal, por exemplo, os boletins de pessoal que deixaram de ser publicados entre 1995 e 2009, os chamados atos secretos.

O portal contém mecanismos de pesquisa das empresas que prestam serviços ou que fornecem bens ao Senado. Um interessado, por exemplo, pode conhecer os contratos de seguro do Senado, incluindo seus valores. Além da listagem de servidores efetivos e comissionados, o portal traz a lista das empresas de terceirização de mão de obra e dos respectivos trabalhadores. Se o interesse for licitações, o usuário tem à disposição os editais e notas de esclarecimentos e andamento dos processos.

O portal também contém as verbas indenizatórias dos senadores – eles têm direito a gastar até R\$ 15 mil por mês em despesas relativas ao exercício do mandato, como locomoção e manutenção de escritório político em seus estados. Não entram nessa conta gastos com pessoal, que fazem parte da folha de pagamento e vinham sendo apresentados no *site* do Senado. Agora eles também estão no Portal da Transparência.

Avanço técnico na pesquisa legislativa

consolida o direito à informação

A Secretaria-Geral da Mesa mantém no portal do Senado um espaço destinado à consulta de matérias em tramitação na Casa. Um dos recursos mais utilizados do portal, permite consulta rápida às informações disponíveis sobre os principais tipos de proposições legislativas, bastando, para isso, que se informe o número e o ano de sua apresentação. É possível ter acesso à íntegra de projetos e relatórios e saber, por exemplo, em que comissão a matéria está sendo analisada e em que estágio de tramitação ela se encontra. A ferramenta também dá acesso às pautas e aos resultados das reuniões no Plenário e nas comissões.

De acordo com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o recurso, que adquiriu o atual formato em outubro de 2009, possibilitou a integração de informações que se encontravam dispersas no site do Senado.

– Podemos observar que houve uma significativa redução nas solicitações das informações por telefone sobre pautas e resultados de comissões, bem como uma redução pelo correspondente material impresso – informa.

Para informações adicionais, basta clicar no *link* “Pesquisa Avançada”, que conduz o internauta ao espaço de pesquisa no qual ele poderá inserir todos os dados de que dispõe sobre o projeto que deseja encontrar.

Claudia Lyra acredita que o espaço se popularizou devido à facilidade de encontrar informações relevantes, dando acesso ao que acontece no Plenário e nas comissões, inclusive com antecedência.

– Tal conhecimento permite aos parlamentares planejar sua atuação no processo legislativo e aos cidadãos, acompanhar as matérias de seu interesse – afirma.

A secretária-geral explica que a criação da ferramenta faz parte de um novo modelo de gestão do processo legislativo que envolve vários setores da Casa. O objetivo é acelerar a oferta de informações para a sociedade com qualidade e eficiência.

– Nossa perspectiva volta-se cada vez mais para o cidadão, num processo de crescente transparência, essencial propulsora da cidadania, que se consolida à medida que novos sistemas e ferramentas tecnológicas são desenvolvidos e aperfeiçoados – diz.

Outro recurso é o serviço de taquigrafia em tempo real nas comissões (o sistema já incluía as notas das sessões plenárias). No portal do Senado, basta clicar em “Atividade Legislativa” e escolher “Comissões do Senado”. Depois, selecionar a opção “Comissão On-line”.

A Secretaria-Geral da Mesa criou ainda o serviço de explicação das ementas dos projetos. De acordo com o secretário das comissões, Flávio Heringer, é feito um detalhamento da proposta, mostrando alguns pontos que não são citados na ementa.

– Desde o início de 2010, a explicação da ementa está sendo inserida nos projetos. Atualmente, todos os projetos que passam pela Secretaria-Geral da Mesa recebem essa ferramenta – informa.

Sistema premiado, o LexML já é conhecido como “o google das leis”

O Senado conta, desde 2009, com o Portal LexML, que reúne grande parte da informação jurídica e legislativa nas três esferas de governo – Judiciário, Executivo e Legislativo, nos âmbitos federal, estadual e municipal. O acervo (www.lexml.gov.br) contém mais de 1,5 milhão de documentos, com garantia de fidedignidade, já que é alimentado pelos próprios órgãos – responsáveis.

Ainda em 2009, o LexML Brasil foi agraciado com o Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, nas categorias de Destaque do Ano e Melhor Iniciativa do Ano.

– Antes do LexML não existia um ponto de acesso unificado para informação jurídica e legislativa. Ele busca, agrupa, organiza e classifica a informação, constituindo-se como uma ferramenta de pesquisa segura – disse o analista de tecnologia da informação da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) João Lima, ao apresentar o sistema no 4º Seminário Brasileiro de Advocacia Pública Federal, organizado pela Advocacia-Geral da União (AGU), em setembro de 2010.

Ganhador do Prêmio TI & Governo de 2010, o sistema é conhecido como o "google das leis", pela capacidade de organizar um grande volume de informações legislativas e jurídicas, pela rapidez e pela segurança e atualidade dos dados. Iniciativa conjunta de órgãos participantes do GT LexML (AGU, Câmara dos Deputados, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Justiça e tribunais superiores, entre outros), o sistema é liderado pelo Senado. Qualquer órgão de governo que desejar colocar suas informações no portal pode firmar acordo de cooperação e enviar seus dados. A ideia é facilitar o acesso à informação, cumprindo o preceito constitucional que define o cidadão como o titular do direito de acesso à informação.

O sistema, que recebe uma média de 900 mil consultas por mês, agrupa informações de modo que os links que levam a elas não se percam. Assim, a lógica da URL, que indica os endereços de documentos na internet, é substituída pela URN, que respeita uma estrutura própria, previamente acordada.

A Lei de Licitações, por exemplo, é referenciada como urn:lex:br:federal:lei:1993-06-21:8666 ou urn:lex:br:federal:lei:lei.licitacoes.

À medida que as instituições aderem à ferramenta e criam as URNs, o portal não acumula informações. Elas permanecem armazenadas no local de origem, que passa a constar das buscas do portal LexML.

Siga Brasil: instrumento técnico e de cidadania

Alcançar o cidadão comum e continuar sendo um instrumento de informação para quem trabalha diretamente com orçamento é o objetivo do sistema Siga Brasil (www.senado.gov.br/SigaBrasil) para os próximos anos. Criado em 2004, permite acesso amplo e facilitado ao Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. São dados detalhados e atualizados diariamente sobre a execução das despesas. O cidadão consegue saber quanto um órgão gastou, por exemplo, com papel ou passagens aéreas. Em 2010, o sistema recebeu mais de 16 milhões de consultas.

O Siga Brasil ainda permite ao parlamentar acompanhar a execução de determinada dotação orçamentária do interesse de seus eleitores. Em maio de 2010, o sistema recebeu acréscimo importante: o Siga Estados, pelo qual governos estaduais, mediante convênios, podem divulgar informações sobre seus orçamentos na página do Senado. Em troca, eles se beneficiarão da ferramenta gerencial Siga Brasil.

– Ainda é um projeto piloto. O objetivo é integrar o orçamento dos estados com o Orçamento federal. Isso permite que, se uma pessoa comparar, por exemplo, a educação nos estados com a do país, vai ter total acesso às informações – diz o consultor-geral de Orçamento do Senado, Orlando de Sá.

O Siga Brasil existe desde 1999, mas era restrito à Consultoria de Orçamento. A partir de 2004, seu uso foi ampliado aos parlamentares e à sociedade.

– Atualmente, a prioridade do Siga é o público com conhecimentos intermediários em orçamento e o cidadão leigo – afirma o consultor-geral.

Um passo importante foi integrar o Portal do Orçamento ao Siga Brasil. A próxima novidade deve ser uma parceria com o Interlegis, para qualquer pessoa fazer cursos a distância do Siga Brasil pela internet.

Acesso ampliado a informações institucionais

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) criou em 2009 um serviço de assessoria de imprensa para tratar especificamente de temas relacionados à administração da Casa. O trabalho não se confunde com o noticiário das atividades legislativas, veiculado pela TV, Rádio, Jornal e Agência Senado, nem com os mandatos dos senadores, que possuem suas próprias assessorias.

Ao mesmo tempo, foi concebido um blog (www.senado.gov.br/Blog) com informações sobre a atividade legislativa e administrativa, além de notas de esclarecimento a propósito de matérias incorretas ou inverídicas publicadas pela imprensa sobre o Senado. O blog abre ao cidadão a possibilidade de deixar seu comentário sobre tudo o que é publicado, reunindo ainda várias informações demandadas diariamente pela mídia.

A Presidência do Senado também mantém uma secretaria de imprensa e um blog. Os dois serviços informam diariamente as atividades do presidente.

Em novembro deste ano, o presidente José Sarney assinou ato determinando que os responsáveis pelos órgãos da Casa devem prestar informações para fins jornalísticos, quando solicitadas pela mídia, por meio da Secs.

Modernização do portal busca proximidade com o cidadão

O lançamento da nova página do Senado na internet, no dia 17 de junho de 2010, representou mais um passo rumo à modernização institucional e à ampliação da transparência das ações da Casa e do contato com o cidadão. Essa é a avaliação do presidente do Senado, José Sarney. A reformulação começou no primeiro semestre de 2009 e se orientou pelas Guidelines for Parliamentary Websites, da Inter-Parliamentary Union, instituição que promove a interação entre parlamentos de diversos países.

De acordo com o diretor da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), Carlos Magno Cataldi Santoro, “o novo site busca assumir o seu papel estratégico no relacionamento do Senado com a sociedade brasileira, com melhoramentos em seu conteúdo, organização, usabilidade, acessibilidade e linguagem”.

O Prodasen participou da construção do novo site em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos. As duas secretarias se basearam em projeto de uma comissão técnica de servidores.

– Nosso objetivo com o novo site é a transparência, é facilitar o acesso dos cidadãos a todas as informações sobre o trabalho do Senado e dos senadores – explica o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita.

O site é dividido em nove seções: O Senado (institucional), Senadores, Atividade Legislativa (tramitação de projetos), Legislação, Notícias, Publicações, Orçamento, Portal da Transparência e Informações Externas. Cada seção é administrada por uma área do Senado. Notícias, por exemplo, ficou a cargo da Agência Senado, subordinada à Secs, e dá acesso aos conteúdos dos demais veículos e áreas da secretaria: TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado, Relações Públicas, Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) e Secretaria de Projetos Especiais (Supres).

Comunicação

O cidadão como referência

Em um mundo marcado cada vez mais pela velocidade da informação, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) vem desenvolvendo esforços em todas as suas áreas para poder levar ao grande público as decisões e os debates realizados no Senado e no Congresso Nacional. Para isso, a Secs precisou repensar rotinas de trabalho e planejar ações de médio e longo prazos, mirando sempre novas conquistas tecnológicas que facilitem a interação com os cidadãos.

De acordo com Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secs, a vocação da secretaria é a modernidade e o compromisso com a cidadania.

– E voltada para esse objetivo, a Secs aposta na total transparência do Senado, sobre a qual se apoia a credibilidade institucional – diz o diretor.

Quanto à TV, destacaram-se nos anos de 2009 e 2010, entre outras realizações, o início da operação da Central de Corte de Plenários, que permite a captação e o tratamento de imagens simultaneamente em até quatro comissões. As reuniões são exibidas ao vivo, até 2011, graças ao apoio da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), será possível assistir a até oito reuniões simultâneas pela internet. Com a TV digital, em rede aberta, a multiprogramação permitirá quatro transmissões ao vivo. Em breve, o telespectador de Brasília vai poder acompanhar o canal 1 da TV por meio de celulares e TVs móveis.

Por sua vez, a Rádio Senado ampliou os horários de noticiosos e patrocinou mudanças no programa *Voz do Brasil* para permitir a veiculação de um maior número de informações. Em breve, deve estar disponível também para o público externo o programa EBR, que permite o acesso em tempo real aos debates das comissões.

A Agência Senado tornou-se responsável em 2010 pelo novo Portal de Notícias multimídia, meio de acesso ao conteúdo de todos os veículos e órgãos da Secs. Em outubro, lançou uma versão do portal específica para celulares e outros dispositivos móveis de acesso à internet. Operando nas redes sociais, assim como os demais veículos, a Agência registrou em 2010 mais de 20 milhões de acessos a suas páginas na web.

No Jornal, destaque para a incorporação de tiras em quadrinhos na seção Especial Cidadania, a reformulação do site na internet e a criação da revista *Em discussão!*. Iniciou-se também o projeto que amplia o número de leitores da edição em braile do Jornal do Senado.

Na área do jornalismo impresso, a novidade foi o esforço de fusão desenvolvido pela Agência e o Jornal. Em 2010, houve a unificação dos serviços administrativos, de informática e infografia.

Já a Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) reforçou a equipe por meio de concurso público e ampliou o número de pesquisas pelo DataSenado sobre os mais variados temas, subsidiando o trabalho dos parlamentares.

Mais antiga secretaria da Secs, a de Relações Públicas consolidou em 2009 e 2010 o concurso de redação do Senado, promovendo a interação com milhares de estudantes brasileiros, de todos os estados. Em 2010, a secretaria guiou aproximadamente 160 mil pessoas em visita ao Congresso Nacional.

Uma das grandes novidades da Secs em 2010 foi a reestruturação da Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres), que ampliou a sua equipe, por meio de concurso, e passou a responder por dezenas de ações em publicidade e *marketing*, como a campanha "O Congresso faz parte da sua história".

Rede Senado de TV e Rádio amplia seu alcance

A Rede Senado de Televisão e Rádio vem expandindo seu alcance nos últimos anos, com especial destaque no biênio 2009/2010. Em fevereiro de 2011, a TV Senado comemora 15 anos, chegando a todo o país em TV a cabo e antenas parabólicas. Em nove capitais, o sinal, em UHF, é aberto e gratuito. São Paulo recebe o sinal pelo sistema digital, o que Brasília também terá em breve, com a inauguração da primeira estação de TV Digital própria da TV Senado, prevista para o início de 2011. Na internet, há até quatro canais simultâneos de programação.

A Rádio Senado FM apresenta desempenho semelhante na aproximação do Senado com o cidadão. A emissora está presente em Brasília, Cuiabá, Natal e Fortaleza, em frequência própria. Além disso, seus noticiários são transmitidos por cerca de 1.200 emissoras de rádio, podendo ser ouvidos e gravados pela internet. A rádio transmite ainda por ondas curtas, na faixa de 49 metros, programação especial voltada para as populações das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Até o início de 2011, está prevista a instalação de uma retransmissora UHF da TV e da Rádio Senado FM em Rio Branco.

Secretaria aposta na interatividade das mídias sociais

Nos últimos anos, a internet tornou-se um meio de comunicação complexo e com características próprias, por permitir conexões mais elaboradas entre os usuários e os fornecedores de conteúdo. A tecnologia alterou o modelo de comunicação "de um para muitos" e tornou possível a comunicação "de muitos para muitos". Diante desse novo cenário, a Secs tomou a decisão, em 2010, de se estruturar para dialogar, por meio das mídias sociais, de forma mais direta com o cidadão, visando ao cumprimento de sua missão definida no Plano Estratégico: "Comunicação para a cidadania".

Dois ações estratégicas foram definidas: aumentar a capilaridade das notícias produzidas pelos veículos de comunicação da Casa, utilizando técnicas de otimização para os buscadores de conteúdo, e criar relacionamento direto com cidadãos que utilizam a internet para propagar ideias de forma independente. Em 2010, o Senado realizou uma série de palestras, um workshop e oficinas de mídias digitais, sociais e de webjornalismo para treinar os servidores da Secs nos novos conceitos de comunicação criados com a internet.

O presidente do Senado, José Sarney, foi o primeiro presidente de um poder da República a conceder entrevista coletiva a blogueiros independentes. E o Senado foi a primeira Casa legislativa a receber, em um contexto oficial, um grupo como esse: cidadãos comuns que tinham, à época, audiência de 20 milhões de internautas em seus sites opinativos. Todos classificaram como positiva a iniciativa e, desde então, passaram a colaborar com a divulgação dos conteúdos gerados pelos veículos da Secs.

Para Sarney, as redes sociais fortalecem a cidadania e devem permitir, com o avanço tecnológico e em poucos anos, o exercício de uma democracia mais direta e menos representativa.

Maior capacidade de armazenar e transmitir

A Secretaria Técnica de Eletrônica (Stel) concluiu a infraestrutura para captação e transmissão digital ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões. Cada comissão tem hoje duas câmeras automáticas que captam as imagens e o áudio em arquivos de vídeo de altíssima

resolução. Esse material fica automaticamente disponível para transmissão ao vivo pela TV Senado, criando condições para a transmissão digital da atividade legislativa em até quatro canais simultaneamente.

Além de ser responsável pela geração e transmissão dos sinais de áudio e vídeo do Senado – Rádio e TV – para o Distrito Federal e diversos estados, a Stel cuida da operação e manutenção do sistema de som e imagem da instituição. O aporte tecnológico e operacional da secretaria permite que o cidadão acompanhe diferentes eventos da Casa.

Os conteúdos captados e gerados para transmissão digital são imediatamente gravados em um arquivo central, uma unidade robótica ou servidor de armazenamento, localizado na sala-cofre da Secretaria Especial de Informática (Prodasen). Assim, a Stel integra à geração e transmissão dos sinais de áudio e vídeo do Senado o gerenciamento e a preservação do acervo multimídia produzido pelos veículos de comunicação, missão assumida pela secretaria em 2005, com a criação do Cedoc Multimídia. O resultado é a preservação adequada dos conteúdos audiovisuais para as gerações futuras. Já foram armazenadas em formato digital mais de 21 mil horas de áudio e vídeo.

Em Discussão! amplifica debates

Em abril deste ano, começou a circular a revista *Em discussão!*, editada pela equipe do Jornal do Senado. O objetivo da publicação é ampliar a divulgação das audiências públicas realizadas nas comissões permanentes da Casa. Além dos debates, documentos e estudos são utilizados na produção das matérias, garantindo o aprofundamento dos temas. Infográficos e fotografias ajudam a explicar os assuntos.

Desde seu lançamento, já foram produzidas cinco edições. A primeira tratou do desafio da exploração do pré-sal. A segunda discutiu o projeto que institui regras para a clonagem. A Política Nacional de Resíduos Sólidos ocupou o número seguinte. A quarta edição debateu a mortalidade materna. E a quinta, propostas de legislação para o setor de aviação civil. O próximo número, que circulará em fevereiro, terá como tema a banda larga. A revista pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/emdiscussao.

Programas receberam prêmios de jornalismo

A Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs) recebeu diversos prêmios em 2009 e 2010. O VII Prêmio AMB de Jornalismo, por exemplo, selecionou três trabalhos para a categoria Nacional TV e dois deles são da TV Senado. Os dois trabalhos pertencem ao programa Repórter Senado, que leva ao ar mensalmente temas de interesse da população, como o Código de Defesa do Consumidor.

Já a Rádio Senado foi vencedora do Prêmio FIP – Periodismo para La Tolerancia 2010, da Federação Internacional de Jornalismo, e obteve menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos 2009, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, com a reportagem especial “Escravos da esperança: a saga dos bolivianos em São Paulo”. A série “O Povo Cigano no Brasil”, por sua vez, foi vencedora do Prêmio Roquette Pinto – I Concurso de Fomento à Produção de Programas Radiofônicos, da Associação das Rádios Públicas do Brasil.

Em 2010, a Secretaria de Relações Públicas conquistou o Prêmio Nacional de Relações Públicas – 30º POP, na categoria Relações Públicas nas Organizações Públicas, com o projeto “Visite encena: história viva no Congresso Nacional”. Para homenagear Brasília em seu cinquentenário,

foi incorporado o conceito de história viva ao programa de visitas guiadas ao Congresso. Atores caracterizados de personagens históricos como Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Ruy Barbosa, Princesa Isabel, Ulysses Guimarães e um casal fictício de candangos contavam, ao longo do percurso habitual da visita, fatos marcantes da história de Brasília e do Parlamento. O projeto foi realizado em parceria com a Câmara dos Deputados.

Comunicação do Senado adota plano estratégico para os próximos oito anos

A Comissão Diretora do Senado homologou, em 17 de novembro de 2010, o Plano Estratégico da Secretaria Especial de Comunicação Social para os próximos oito anos, transformando o documento em ato da Mesa. O texto foi aprovado por unanimidade. Resultado de sete meses de trabalho, o plano tem como objetivo principal tornar a Secs "referência em comunicação pública, levando as atividades do Senado a um número maior de pessoas, ampliando a participação da sociedade no processo político".

A iniciativa foi desenvolvida em parceria com a Secretaria Especial de Informática (Prodasen), sob a coordenação de Luiz Eduardo Tostes e sua equipe. Na reunião da Mesa, o presidente do Senado, José Sarney, salientou que todo o planejamento foi feito sem custo para o Senado. A ação fora apresentada em julho a Sarney, pelo diretor da Secs, Fernando Cesar - Mesquita.

Segundo Tostes, a metodologia aplicada foi escolhida para atender às necessidades da Secs. Mesclou conceitos e métodos consagrados na literatura sobre gestão, desde os clássicos até os contemporâneos, como o Balanced Scorecard, método desenvolvido por professores da Harvard Business School.

Órgãos do Senado

Prodasen põe tecnologia da informação a serviço do cidadão

A experiência de trabalho com a tecnologia da informação direcionada ao processo legislativo, seja no apoio à produção de textos legais, seja para atender à complexidade da elaboração orçamentária, é o foco da atuação da Secretaria Especial de Informática, o Prodasen. O Senado, por meio do Prodasen, foi uma das primeiras instituições públicas brasileiras a ter página própria na internet. São quase 40 anos de pesquisa e trabalho marcados pelo ineditismo e acompanhados de reconhecimento.

Em 2010, o escritor Jon Bing, membro da Academia de Ciências e Letras da Noruega, reconheceu que a primeira instalação do Stairs, "um sistema geral de recuperação de informações textuais", que se tornou referência mundial, ocorreu no Prodasen. A recuperação das informações, textuais ou orçamentárias, é uma das marcas do órgão, que aproxima Senado e sociedade. Ao oferecer à população um conjunto enorme de informações, confirma-se a política da instituição de transparência e de democratização do acesso.

O reconhecimento do trabalho do Prodasen veio também nesses dois campos. Em 2010, foi premiado o Projeto LcxML, que já havia sido reconhecido fora e dentro do Brasil por sua proposta de organização das informações jurídicas e legislativas. Outro projeto de participação

decisiva do Prodasen, o Siga Brasil, foi destaque no Relatório Mundial do Parlamento Eletrônico em 2008 e recebeu vários prêmios, entre eles o TI & Governo em 2009.

O planejamento estratégico de suas ações serviu também de experiência, que o Prodasen tem compartilhado com diversos setores do Senado. O caminho da reformulação de processos de trabalho e estruturas organizacionais faz do Prodasen uma referência também nesse setor, que tem se apresentado cada vez mais como uma grande demanda da Casa.

Na gestão da atual Mesa diretora, o Prodasen recebeu novos analistas, tem aprimorado a reorganização e o fortalecimento de sua estrutura e criado as condições para dar um novo salto de qualidade na sua oferta de serviços.

O diretor do Prodasen, Carlos Magno Cataldi Santoro, observa que “na área da informática não há possibilidade de se parar no tempo”. Uma novidade prevista para 2011 será o desenvolvimento de um programa, em colaboração com a Secretaria-Geral da Mesa, que faça mapas comparativos dos projetos em tramitação no Senado. Atualmente esses mapas são feitos à mão.

– Vai envolver ao mesmo tempo a proposta original, emendas e projetos substitutivos. Será um grande salto, o cidadão poderá comparar com facilidade as várias feições que o projeto pode assumir em sua tramitação no Congresso – explica.

Ações verdes incluem economia de gastos e compras sustentáveis

O Senado se engajou no compromisso de responsabilidade social de diminuição do impacto ambiental, dever não só das grandes empresas e nações como também de cada cidadão. Por decisão da administração, a Casa criou o Senado Verde, programa de gestão ambiental que tem por objetivo propor soluções que garantam o uso racional de matérias-primas e tragam economia de recursos. Em 2010, o Senado Verde avançou em várias áreas. Com apoio da Mesa diretora, a Casa estabeleceu critérios sustentáveis nas compras e contratações. A norma diz que, observada a Constituição federal, o Senado deve priorizar os produtos que causem menos impacto ambiental à natureza.

– A ideia é dar preferência às matérias-primas que tenham uma melhor relação de ecoeficiência, ou seja, tragam qualidade e reduzam tanto o impacto ambiental como o consumo de recursos ao longo do ciclo produtivo – explica a coordenadora do programa Senado Verde, Andrea Valente.

O Senado Verde investiu também na informatização para reduzir os gastos com papel. Em 2009, por exemplo, houve economia de cerca de 10% no consumo de papel A4, se comparado a 2007. O Senado ganhou nova iluminação, com lâmpadas de menor potência e maior eficiência. A Casa economizou ainda no gasto com combustível e priorizou o uso de veículos menos poluentes.

Outra iniciativa do Senado Verde foi a construção do viveiro, a primeira instalação totalmente sustentável da Casa e que vai atender a demanda por insumos de jardinagem e mudas usadas no paisagismo da instituição.

Reestruturação prepara Gráfica para melhorar serviços

A Gráfica do Senado – cuja denominação oficial é Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) – utilizou o biênio 2009/2010 para se estruturar visando ao futuro. Aos

47 anos, a Gráfica se renovou para melhor desenvolver o seu papel de oferecer apoio logístico às atividades legislativas das duas Casas do Congresso Nacional por meio da impressão das publicações oficiais.

Uma das primeiras medidas adotadas foi o contingenciamento dos gastos envolvidos na atividade de impressão para coibir que qualquer material da Gráfica fosse utilizado em serviços não inerentes às atividades parlamentares, ao Conselho Editorial e à manutenção e renovação de material de expediente administrativo. Essa decisão foi tomada pelo Ato 10/09, assinado pelo presidente José Sarney.

Também em 2009, a Seep realizou um enxugamento no seu parque gráfico. Por meio de leilão, foram negociados diversos equipamentos ociosos e inoperantes. A extinção do quarto turno de trabalho na área industrial implicou economia de gastos com energia elétrica e transporte de pessoal.

O Ato 3/10 da Comissão Diretora extinguiu a autonomia orçamentária da Gráfica – e também da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) –, transferindo suas áreas de compras e contratações para a Secretaria de Administração de Contratações da Casa. Os setores de material e patrimônio e o orçamentário-financeiro também foram unificados e interligados à estrutura do Senado. O mesmo ocorreu com as atribuições do departamento de pessoal, com a seção de atividades especiais e com o serviço de manutenção predial.

– A unificação dessas áreas contribuiu para o fortalecimento das unidades encarregadas da realização da atividade fim da Seep e, conseqüentemente, para a redução e racionalização da estrutura administrativa e hierárquica do Senado, possibilitando, inclusive, que algumas unidades administrativas da Casa se instalassem em nossas dependências – explica Florian Madruga, diretor da Gráfica.

Até meados de novembro, a Subsecretaria de Edições Técnicas já havia vendido 38 mil livros em suas lojas, nos estandes do Senado em feiras de livros e pela Livraria Virtual (www.senado.gov.br/livraria).

Transparência na gestão do plano de saúde

O Sistema Integrado de Saúde (SIS) é o plano destinado ao atendimento médico e social de servidores ativos e inativos do Senado, assim como de seus dependentes. Com mais de 18 mil usuários, o SIS não tem fins lucrativos. Desde 2010, o plano está sendo dirigido por uma nova administração, que fez mudanças para dar mais transparência à gestão financeira. A primeira medida foi tomada pela Mesa diretora, que determinou a reativação do Conselho de Supervisão do SIS. O órgão, criado em 1991, é constituído por nove integrantes e tem como presidente o senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Entre as atribuições do conselho, estão a fiscalização e o controle dos recursos movimentados pelo plano de saúde.

Por decisão do conselho, foi criada em novembro de 2009 uma comissão interna, que fez auditoria nas contas do SIS. O relatório final sugeriu mudanças, adotadas imediatamente pela administração.

A primeira delas foi a determinação de que os recursos do fundo de reserva do SIS, que recebe as contribuições mensais dos servidores para custeio do plano, pudessem ser investidos em títulos federais, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. A justificativa é de que esses títulos apresentam maior rentabilidade. Antes, o dinheiro era investido apenas em poupança. Além das contribuições realizadas pelos servidores, o SIS é mantido com recursos alocados pelo Senado em seu orçamento para a saúde dos servidores.

– No fundo de reserva, ficam apenas os recursos do desconto feito no salário dos servidores, não há repasse do Senado. A contribuição do Senado para o custeio do plano se

resume no pagamento realizado diretamente à rede conveniada, com recursos de dotações orçamentárias. Nesse caso, os responsáveis pela execução são o diretor-geral do Senado em conjunto com o diretor da Secretaria de Administração Financeira – explica o diretor do SIS, Adalberto José Carneiro Filho.

Outras medidas foram o descredenciamento de clínicas que tinham a participação de servidores da Casa e a revogação de ato da Comissão Diretora que concedia assistência médica vitalícia a servidores que tivessem ocupado os cargos de diretor-geral e secretário-geral da Mesa do Senado.

Plenário revitalizado, ar-condicionado ecológico, praça de alimentação e acessibilidade

A Secretaria de Engenharia desenvolve projetos para reduzir gastos, modernizar as instalações e ampliar a acessibilidade. O Plenário passa por uma revitalização. Até 1º de fevereiro, será reformada a parte superior (nova iluminação, substituição do isolamento termoacústico e revitalização do forro artístico). A segunda parte, envolvendo as bancadas e a mesa, ficará para o final de 2011.

A central de ar-condicionado foi ampliada e atualizada. Os equipamentos que utilizavam gás de refrigeração foram substituídos por sistema de centrífugas e torres de resfriamento que climatizam o ambiente a partir de água gelada. A iniciativa representa economia de 20% com energia elétrica.

Já começaram as obras da praça de alimentação do Senado, vizinha ao Serviço Médico (SAMS), com dois restaurantes *fast food* e uma lanchonete, num total de 208 mesas. E para garantir o direito de acessibilidade, o bloco das comissões e a Galeria do Senado ganharam elevadores. As dependências do Senado receberam rampas, corrimões e antiderrapante nas escadas, com os meios-fios de algumas áreas rebaixados.

Advocacia multiplica processos analisados

A Advocacia do Senado recebeu forte apoio na gestão da atual Mesa, ampliando o seu quadro de profissionais de dez para 28 pessoas, contratadas por concurso público. Assim, conseguiu analisar 1.700 processos em 2010 contra uma média anual de 600 entre 2004 e 2008. Em se tratando de licitações, o tempo médio de análise de um processo caiu de 45 dias para 15 dias corridos.

Segundo o advogado-geral, Luiz Fernando Bandeira, anteriormente, devido à falta de pessoal, nem todos os processos relacionados à licitações passavam pelo órgão jurídico, colocando o Senado como alvo de críticas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

– Esse cenário não existe mais. Hoje todos os processos de contratação passam pela Advocacia – afirma.

Estudos de consultoria estão abertos ao público

A Consultoria Legislativa, órgão de assessoramento superior do Senado, elaborou, somente em 2009, mais de 10 mil trabalhos técnicos. Sua finalidade é auxiliar a Mesa diretora, comissões e senadores.

Por meio do seu Centro de Estudos, a consultoria, dirigida por Bruno Dantas, aprofunda o entendimento de assuntos relevantes para a ação parlamentar. O resultado dos estudos, que tratam de grandes temas nacionais, como cartões de crédito, licenciamento ambiental, tarifas de energia, marco regulatório do petróleo e Bolsa Família, entre outros, pode ser acessado pelo público externo no endereço www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao.htm.

Também cabe ao Centro de Altos Estudos, juntamente com o Supremo Tribunal Federal, gerir a Estação Glin-Brasil, cujo trabalho consiste em inserir a legislação brasileira no Projeto Global Legal Information Network, com resumos em português e inglês, para permitir a comparação com leis de outros países. O Projeto Glin é sediado na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e envolve 54 países. O endereço do site é www.glin.gov.

ILB E UNILEGIS

Como um dos mais importantes órgãos de educação e de treinamento legislativo do país, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) formou, entre 2009 e 2010, mais de 26 mil profissionais em cursos presenciais ou a distância. Na Universidade do Legislativo (Unilegis), novos cursos foram oferecidos, como o de Especialização em Orçamento Público. Foram lançados cursos de pós-graduação para assessoramento à Comissão de Assuntos Econômicos e em Direito e Economia, destinado, principalmente, a servidores do Senado.

INTERLEGIS

Em 2010, o programa Interlegis atuou nacional e internacionalmente, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a cooperação técnica entre parlamentos de nações amigas, em especial com os países de língua portuguesa e do Mercosul. Na área de capacitação legislativa, o Interlegis certificou 4.803 servidores, nas modalidades de cursos presencial e a distância.

BIBLIOTECA

Com 184 anos de existência e mais de 5 mil usuários, a Biblioteca do Senado reúne um acervo de 169 mil volumes que auxilia senadores, consultores e assessores em diversas áreas de interesse, com confiabilidade, acessibilidade e padronização dos dados. Na Biblioteca Digital, que conta com nove coleções (170 mil documentos em texto completo), foram feitas, de 2009 a junho de 2010, 1,3 milhão de consultas eletrônicas. A biblioteca criou – em parceria com o Prodasen e o Interlegis – grupo de trabalho para a implantação do Sistema de Referência Virtual Question Point, da Biblioteca do Congresso Americano, que possibilitará o acesso a pesquisa em 4 mil bibliotecas parlamentares de todo o mundo.

POLÍCIA

A nomeação de nove policiais concursados para a Secretaria de Polícia do Senado permitiu um trabalho mais abrangente e ainda mais eficaz, baseado na melhor distribuição de tarefas. A ampliação do espaço físico em 2010 proporcionou maior conforto aos funcionários e permitiu a expansão do Centro de Controle Operacional, onde se encontra instalado o monitoramento por câmeras de segurança.

Em 2011, 42 novos nomes no Plenário

O Senado começará 2011 renovando mais da metade de sua composição. Em jogo, nas eleições de outubro, estavam dois terços do Senado, equivalentes a 54 cadeiras. Entre os vitoriosos, há 37 novos parlamentares. É que dos 27 senadores que tentaram a reeleição, apenas 17 voltam à Casa. Além disso, assumem os suplentes de cinco senadores que foram eleitos governadores. No total, serão 42 parlamentares estreando no Senado no dia 1º de fevereiro, e apenas três deles já tinham sido senadores em ocasiões anteriores: Itamar Franco (PPS-MG), Roberto Requião (PMDB-PR) e João Alberto (PMDB-MA).

O PMDB, com 20 parlamentares, continua como o maior partido, seguido agora pelo PT, com 14; PSDB, com 10; PTB e DEM, com seis senadores cada um. São 15 as legendas com representação.

A nova composição tem apenas 11 mulheres. As oito eleitas em outubro se somam às que têm mais quatro anos de mandato. Despede-se do Senado Marina Silva (PV-AC), que saiu candidata a presidente da República e surpreendeu com quase 20% dos votos. Já Rosalba Ciarlini (DEM) foi eleita governadora do Rio Grande do Norte. Também terminam os mandatos de Ideli Salvatti (PT-SC), Patrícia Saboya (PDT-CE), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO).

A primeira mulher eleita presidente da República, Dilma Rousseff, do PT, deve ter maioria na Casa. Os partidos que a apoiam somam 60 entre os 81 senadores.

Líderes importantes da oposição não conseguiram se reeleger. Caso de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Marco Maciel (DEM-PE). Já José Agripino (DEM-RN) garantiu novo mandato. A oposição ganha o reforço do ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves, do PSDB, e do ex-presidente Itamar Franco, do PPS.

Líderes governistas como Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO) se mantêm na Casa.

A configuração final do Senado depende ainda de decisões da Justiça Eleitoral. É que alguns candidatos, apesar de terem votados, tiveram o registro cassado com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10), fruto de projeto de iniciativa popular.

A norma trata das regras de elegibilidade, vedando candidaturas de condenados em segunda instância por diversos crimes e de políticos que renunciaram para fugir à cassação. Como os candidatos barrados apresentaram recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF), é preciso esperar as decisões da corte para que se tenha a exata configuração do Senado e da Câmara dos Deputados.

Romeu Tuma (1931-2010)

Em 26 de outubro de 2010, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) morreu devido a complicações cardíacas. Policial civil de carreira, ele foi o único até hoje a ocupar o cargo de corregedor do Senado. Empossado como parlamentar pela primeira vez em 1994, foi reeleito em 2001 com 7,2 milhões de votos. Tuma presidiu a Comissão de Assuntos Sociais, foi vice-presidente e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; integrou a Comissão Mista Especial de Segurança Pública, na função de sub-relator, e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol. Presidiu também a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Roubo de Cargas. Como corregedor do Senado, integrava o Conselho de Ética Parlamentar. Também foi 1º secretário da Casa. Ao longo do mandato, Tuma foi autor de 359 propostas. Entre elas, estão a criação do Conselho Nacional de Polícia; o reconhecimento do crime dos "assassinos em série"; e o serviço militar facultativo às mulheres. A vaga de Romeu Tuma foi ocupada por seu primeiro suplente, Alfredo Cotait (DEM-SP).

Expediente

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marconi Perillo
2º vice-presidente: Serys Shhessarenko
1º secretário: Heráclito Fortes
2º secretário: João Vicente Claudino
3º secretário: Mão Santa
4º secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata
Diretor-geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Expediente

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão

Diretor da Agência Senado: Mikhail Lopes

Editores-chefes: Fernanda Vidigal e Rafael Faria

Edição: Suely Bastos e Sylvio Guedes

Reportagem e redação: Aluizio Oliveira, Antonio Caraballo, Beto Almeida, Cláudia Tavares, Davi Emerich, Edna Carvalho, Eduardo Leão, Gustavo Portal, Helival Rios, Leila Herédia, Marco Antônio Reis, Mário Simões, Mikhail Lopes, Milena Galdino, Paulo Meira, Rafael Faria, Roberto Homem, Valter Gonçalves Júnior e Virginia Galvez

Produção: Danielle Currelin, Monique Peixoto e Renato Parente

Diagramação: Cláudio Portella

Pesquisa de fotos: Ana Volpe, Bárbara Batista, Leonardo Sá e Natasha Machado

Revisão: André Falcão, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Tratamento de imagem: Roberto Suguino

Arte da capa: Priscilla Paz

Fotos da capa: Geraldo Magela/Senado Federal e José Cruz/Senado Federal

Esta é uma publicação da Secretaria Especial de Comunicação Social

www.senado.gov.br – E-mail: imprensasenado@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211

Praça dos Três Poderes, Anexo I do Senado Federal, 21º andar – Brasília-DF – CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Fechamento desta edição: 7 de dezembro de 2010

RETIFICAÇÕES

ATA DA 217ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2010

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 213, de 23 de dezembro de 2010)

À página 60639, tópico 2.4.7 do Sumário:

Onde se lê:

2.4.7 – Comunicação da Presidência

Arquivamento, após análise individualizada de cada proposição, de todas as matérias em tramitação nesta Casa, salvo aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas nos incisos do disposto no art. 332 do Regimento Interno, e no Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. **(SUPLEMENTO “C” À PRESENTE EDIÇÃO)**

Leia-se:

2.4.7 – Comunicação da Presidência

Arquivamento, após análise individualizada de cada proposição, de todas as matérias em tramitação nesta Casa, salvo aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas nos incisos do disposto no art. 332 do Regimento Interno, e no Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal. **(SUPLEMENTO “C” À PRESENTE EDIÇÃO)**

.....

À página 60640, tópico 4.3 do Sumário:

Onde se lê:

4.3 – Arquivamento, após análise individualizada de cada proposição, de todas as matérias em tramitação nesta Casa, salvo aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas nos incisos do disposto no art. 332 do Regimento Interno, e no Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. (SUPLEMENTO “C” À PRESENTE EDIÇÃO)

Leia-se:

4.3 – Arquivamento, após análise individualizada de cada proposição, de todas as

matérias em tramitação nesta Casa, salvo aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas nos incisos do disposto no art. 332 do Regimento Interno, e no Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal. (SUPLEMENTO “C” À PRESENTE EDIÇÃO)

.....

À página 60677, incluam-se, a fim de sanar omissão gráfica, ao final da justificativa apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2010, os seguintes parágrafos:

É certo que os tipos penais do ECA escapam à definição jurídica da hediondez. Porém, a vileza, a indignidade e o despudor de quem explora a inocência de nossas crianças e adolescentes agredem os valores mais fundamentais de nossa sociedade, e merecem, sem dúvida alguma, tratamento mais rigoroso da legislação.

Por essa razão, propomos aos ilustres pares que, ao menos quanto à progressão de regime, esses delinquentes recebam tratamento análogo ao imposto aos autores de crimes hediondos.

.....

À página 60729:

Onde se lê:

**EMENDA Nº - CAE/CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2003**

Leia-se:

**EMENDA Nº 1 - CAE/CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2003**

.....

À página 61037, suprima-se, por ter sido indevidamente publicado nesse local, o seguinte conteúdo:

SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

– Relatório Final nº 3, de 2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, destinada a investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. (SUPLEMENTO “A” À PRESENTE EDIÇÃO)

– Secretaria-Geral da Mesa
– Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 22 de dezembro de 2010
– Atas de Comissões Permanentes (SUPLEMENTO “B” À PRESENTE EDIÇÃO)

– Arquivamento, após análise individualizada de cada proposição, de todas as matérias em tramitação nesta Casa, salvo aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas nos incisos do disposto no art. 332 do Regimento Interno, e no Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. (SUPLEMENTO “C” À PRESENTE EDIÇÃO)

.....

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Majoria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Majoria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Majoria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
Majoria-PMDB - Remi Ribeiro* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Fléxia Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Majoria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Minoria-DEM - Alfredo Cotait* (S)
 - vago*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Majoria-PMDB - Hélio Costa*
 - vago**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Cyro Miranda** (S)

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Silvestrenko*
Minoria-DEM - Jayne Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Majoria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cicero Lucena**

Espírito Santo

Majoria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PT - Ana Rila** (S)

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Agripino*
Majoria-PMDB - Garibaldi Alves** (S)

Santa Catarina

Bloco-PT - Luiz Carlos* (S)
Majoria-PMDB - Neuto De Canto* (S)
 - vago**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Majoria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Majoria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PR - Danimar Cristina* (S)
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Majoria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Aníbal Diniz** (S)

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Majoria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adenir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Majoria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Majoria-PMDB - Lecomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Majoria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Majoria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Majoria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 66 páginas

OS: 2011/10012